DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia official da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periodicos que trocarem com o *Diario*, devem dirigir-se á Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literarias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 18\$000
Ditas por semestre 10\$000
Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de sello por cada annuncio publicado no *Diario do Governo*

60
60
A correspondencia para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar á publicação de annuncios será enviada á mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva Importancia.

SUMMARIO

MINISTERIO DO INTERIOR:

Decretos de 16 de fevereiro, autorizando a Camara Municipal de Fozcoa e a Comissão Municipal da Pesqueira a applicarem parte do seu fundo de viação ao pagamento de ordenados em vida a empregados municipaes.
Nota da reconstituição das commissões de beneficencia e ensino das freguesias de Bemfica e Gavião.
Rectificações a despachos sobre criação de escolas primarias.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primaria, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DA JUSTIÇA:

Decreto com força de lei de 18 de fevereiro, instituindo o registo civil obrigatorio.
Despachos pela Direcção Geral de Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Decreto de 18 de fevereiro, dissolvendo a comissão revisora de contas criada por lei de 29 de julho de 1899.
Decreto com força de lei de 18 de fevereiro, autorizando os juizes das execuções fiscaes a aceitar até o fim do corrente mês as declarações dos devedores á Fazenda Nacional que desejem liquidar os seus debitos em prestações, de harmonia com as disposições do decreto de 19 de novembro ultimo.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Ordem da Armada n.º 7 (serie B), referida a 31 de dezembro de 1910.
Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.
Rectificações a despachos pela Direcção Geral das Colonias, sobre movimento de pessoal.
Annuncios, programmas e condições de concurso para af.ramento de terrenos situados nos districtos de Lunda e Loanda.
Habilitações para levantamento de creditos.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Nota das receitas depositadas em novembro ultimo por varios estabelecimentos dependentes da Direcção Geral de Obras Publicas e Minas.
Balancetes de Bancos e Companhias.
Relações de registos de nomes industriaes concedidos e recusados.

TRIBUNAES:

Supremo Tribunal de Justiça, tabella dos feitos que hão de ser julgados na sessão de 24 de fevereiro.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES:

Camara Municipal de Lisboa, annuncio para arromatação de varias empreitadas de terraplenagens.
Junta do Credito Publico, annuncio de concurso para compra de cambias; editos para averbamento de titulos.
Administração do concelho da Horta, edital acerca do julgamento das contas do receptor do concelho, de 1899 a 1904.
Hospital de S. José, annuncio para venda de fato e outros artigos.
Juizo de direito da 6.ª vara da comarca de Lisboa, editos para expropriações de terrenos.
Juizo de direito da comarca de Alcobaca, editos para citação de refractarios.
Juizo de direito da comarca de Cantanhede, idem.
Governo Geral da provincia de Moçambique, annuncio de concurso para preenchimento de vagas de guarda no corpo de policia civil de Lourenço Marques.
Bolsa do Porto, nota dos titulos admittidos á cotação.
Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorologico.
Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

SOCIEDADES COOPERATIVAS:

Escritura de reforma dos estatutos da Cooperativa Panificadora Ajudense, de Lisboa.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 69 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 16 de fevereiro.
N.º 70 — Balancete do Banco de Portugal na semana finda em 25 de janeiro.

MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Politica e Civil

1.ª Repartição

Attendendo ao que representou a Camara Municipal do concelho de Villa Nova de Fozcoa: ha por bem o Governo Provisorio da Republica Portuguesa autorizá-la a desviar do seu fundo de viação municipal, depositado na Caixa Geral de Depositos, a quantia de 3:792\$615 réis para applicar ao pagamento dos ordenados em divida aos empregados municipaes que não recebem os seus vencimentos ha doze meses por o cofre do municipio estar absolutamente exausto, tendo contribuido para isto a falta de pagamento das suas contribuições que eram cobradas juntamente com as contribuições geraes do Estado, visto estas terem sido annulladas por o concelho pertencer á região duriense.
Paços do Governo da Republica, em 16 de fevereiro de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Attendendo ao que representou a Comissão Municipal do concelho de S. João da Pesqueira: ha por bem o Governo Provisorio da Republica Portuguesa autorizá-la a levantar do seu fundo especial de viação municipal, depositado na Caixa Geral de Depositos, a quantia de réis 5:865\$050, para applicar ao pagamento dos ordenados em divida aos empregados municipaes, que se encontram em afflictivas circumstancias por não receberem os seus vencimentos ha vinte e sete meses e não poder a impetrante occorrer a esta despesa pelas receitas ordinarias.
Paços do Governo da Republica, em 16 de fevereiro de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Direcção Geral da Instrução Primaria

2.ª Repartição

Publica-se para fins convenientes que foram nomeados os seguintes cidadãos para a reconstituição da Comissão de Beneficencia Official da freguesia de Bemfica: José Dias Leandro, commerciante; Constantino de Brito, general reformado; Julio Monteiro Heredia, negociante; Albano Barbosa, negociante; Antonio de Sousa Azevedo, parcho; Joaquim Evaristo, medico.
Publica-se para os fins convenientes, que foram nomeados os seguintes cidadãos vogaes da Comissão de Beneficencia da freguesia e concelho de Gavião: Anselmo Patrício, Adriano de Matos Maia, Antonio Machado Cordeiro, José Lucas, Antonio Costa.

Declara-se que a escola criada no lugar de Laborim, freguesia de S. Pedro de Alva, concelho de Penacova, districto de Coimbra, como erradamente foi publicado no *Diario do Governo* n.º 39 de 17 do corrente, é no lugar de Laborins, da mesma freguesia.
Direcção Geral da Instrução Primaria, em 18 de fevereiro de 1911.—O Director Geral, *João de Barros*.

3.ª Repartição

Por despacho de 17 do corrente:
Concedida licença de trinta dias á professora da escola do sexo feminino da freguesia do Peral, concelho do Cadaval, circulo escolar de Alemquer, Maria dos Santos Figueira.
Concedida licença de setenta e cinco dias, a contar da data em que findou a licença de quinze dias que lhe concedeu o inspector, á professora da escola do sexo feminino, da freguesia do Bomfim, da cidade do Porto, Elvira da Conceição Teixeira de Castro.
Concedida licença de noventa dias, a contar de 28 de dezembro ultimo, á professora da escola mista da freguesia de Urra, concelho e circulo escolar de Portalegre, Francisca Rita Martins.
Direcção Geral de Instrução Primaria, em 18 de fevereiro de 1911.—O Director Geral, *João de Barros*.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por despacho de 8 de dezembro ultimo:
Antonio dos Reis Silva Barbosa, professor effectivo do 6.º grupo do Lyceu Nacional de Faro — collocado em comissão no Lyceu Passos Manuel, em Lisboa, durante o corrente anno escolar, conforme o parecer da secção permanente do Conselho Superior de Instrução Publica, de 8 de outubro de 1908 (*Diario do Governo* n.º 270).
Por despacho de 10 do corrente mês:
Augusto Cesar Correia de Aguiar, professor effectivo do 4.º grupo do Lyceu Central de Evora — collocado em comissão no Lyceu Central de Coimbra, durante o actual anno escolar.
Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, em 18 de fevereiro de 1911.—O Director Geral, *Angelo da Fonseca*.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Codigo do registo civil

CAPITULO I

Dos fins do registo civil, sua obrigatoriedade e fixação

Artigo 1.º O registo civil, que o Estado institue por este decreto com força de lei, destina-se a fixar autenticamente a individualidade juridica de cada cidadão e a servir de base aos seus direitos civis.

Art. 2.º É obrigatoria a inscrição no registo civil dos factos essenciaes relativos ao individuo e á familia, e á composição da sociedade, nomeadamente dos nascimentos, casamentos e obitos.

Art. 3.º No mesmo registo se inscreverão ou annotarão os reconhecimentos e legitimações dos filhos, os divorcios, declarações de nullidade e annullações de casamento, e outros actos ou factos relativos ao estado civil.

Art. 4.º Os factos mencionados no artigo 2.º, bem como os referidos no artigo 3.º quando dependem do registo, só poderão de futuro provar-se pelo registo civil, sendo nulos e sem valor juridico quaesquer outros assentos lavrados acerca d'elles.

Art. 5.º Não se achando algum facto inscrito no registo civil, ou não o estando na devida forma, poderá admittir-se qualquer outra especie de prova, salvo o disposto nos artigos 17.º a 21.º do decreto com força de lei, n.º 2, de 25 de dezembro de 1910.

Art. 6.º Todavia, se a falta do registo for imputavel á parte interessada, não poderá esta fazer a prova nos termos do artigo antecedente, sendo-lhe somente licito recorrer aos meios judiciaes ordinarios.

Art. 7.º Os nascimentos, casamentos e obitos, occorridos anteriormente á promulgação d'este codigo, poderão provar-se, salvas as disposições dos artigos 357.º e 358.º, pelos mesmos documentos que até então eram admittidos para prova de taes factos, considerando-se os livros do registo parochial, escriturados até essa data, como propriedade do Estado e os seus detentores como feis depositarios d'elles para todos os effeitos legais.

Art. 8.º No dia em que entrar em vigor o presente codigo os livros do registo parochial existentes em poder dos parochos serão por estes encerrados no estado em que se encontrarem e nelles não poderá escrever-se mais causa alguma, o que será averiguado nos primeiros quinze dias posteriores por qualquer autoridade judicial, administrativa, do Ministerio Publico ou do registo civil, sob pena de apprehensão immediata pela autoridade que verificar a infracção, passando os livros apprehendidos, depois de rubricados por essa autoridade, que fará no auto menção de tudo o que lhe parecer digno de nota, para o poder do conservador ou official do registo civil do respectivo concelho ou bairro, que nesse caso ficará sendo o competente para passar as certidões dos assentos constantes d'esses livros.

Art. 9.º Alem da apprehensão dos livros o parcho que infringir o disposto no artigo antecedente incorrerá na perda de todas as vantagens materiaes que estiver recebendo ou puder vir a receber do Estado e, aleni d'isso, na multa de 10\$000 réis a 100\$000 réis, que será applicada em processo criminal e reverterá para a obra de assistencia publica designada no artigo 350.º

Art. 10.º Em caso algum passarão os livros do registo parochial para o poder de sacerdotes diferentes d'aquelles que actualmente os detem directamente por si ou por intermedio dos seus legitimos substitutos, procedendo-se nos termos da 2.ª parte do artigo 8.º logo que os detentores falleçam ou sejam destituídos ou suspensos das suas funções parochiaes na freguesia a que os livros dizem respeito.

Art. 11.º Se a suspensão ou perda das funções não for devida a facto praticado pelo sacerdote detentor, que importe prejuizo para o Estado ou para a sociedade, será compensado do prejuizo soffrido, conforme se regulará no diploma relativo á separação do Estado e das igrejas.

Art. 12.º Os parochos, enquanto conservarem em seu poder os livros do registo parochial, devem d'elles passar certidões, independentemente de requerimento ou despacho, a pedido verbal ou escrito de qualquer pessoa, feito directamente ou pelo correio, e são correlativamente obrigados a prestar os serviços publicos que resultem d'essa circumstancia, incluindo os mencionados nos artigos 307.º a 309.º, sob as mesmas penas dos artigos 8.º e 9.º

Art. 13.º Os livros do registo parochial anteriormente autorizado pelo Estado, existentes presentemente nas ca-

mares ecclesiasticas, serão transferidos, no prazo maximo de tres meses a contar da data da publicação do presente codigo, mediante inventario e auto de entrega, dos actuaes archivos para os dos competentes conservadores do registo civil, ou provisoriamente para os dos governos civis, com a assistencia do governador civil respectivo ou de um seu delegado, que designará os dias e as horas d'esta diligencia dentro d'aquelle prazo.

Art. 14.º A recusa ou embaraço, por parte de quaesquer autoridades ecclesiasticas ou seus empregados, á execução do disposto nos artigos anteriores, bem como qualquer acto ou omissão que possa vir a ter esse effeito, importa a apprehensão immediata dos livros, nos termos da segunda parte do artigo 8.º, e sujeita os infractores ás penas civis e criminaes mencionadas no artigo 9.º, sem prejuizo do disposto nos artigos 311.º e 312.º do Codigo Penal, quando for caso d'isso.

CAPITULO II

Dos funcionarios e repartições do registo civil

Art. 15.º O registo civil será superiormente dirigido pelo Ministerio da Justiça, onde se criará uma Direcção Geral incumbida d'esse serviço e dos do registo predial, notariado, procuradoria e similares.

Art. 16.º Emquanto não for criada a Direcção Geral a que se refere o artigo anterior pertencerá ao secretario geral do Ministerio da Justiça a coordenação e direcção superior dos serviços do registo civil, cabendo-lhe, no exercicio d'essas funcções, o nome de Conservador Geral do registo civil, que será tambem o do superintendente d'estes serviços quando se installar a dita Direcção Geral.

Art. 17.º O conservador geral do registo civil poderá escolher de entre os actuaes empregados do Ministerio da Justiça, e emquanto este não for remodelado na sua organização e funcionamento, os que lhe forem necessarios para a boa execução dos serviços do registo civil, sem aumento de despesa para o Estado.

Art. 18.º A Conservatoria Geral do Registo Civil, a cargo do Conservador Geral, estará sempre directamente subordinada ao Ministro da Justiça, e será independente de quaesquer outras autoridades.

Art. 19.º No exercicio das suas attribuições e sem prejuizo das funcções do registo, adeante designadas, incumbem ao Conservador Geral:

1.º Propor ao Ministro as instrucções e providencias que forem necessarias para a organização e funcionamento d'este ramo de serviço em todo o territorio da Republica;

2.º Propor ao mesmo Ministro as medidas conducentes á execução cada vez mais perfeita das leis do registo e da familia, na parte relativa ao estado civil;

3.º Resolver por si as duvidas que nos casos particulares forem suscitadas por qualquer dos conservadores do registo civil, solicitando d'elles ou de outros quaesquer funcionarios do registo os dados e informações que julgar convenientes e dando-lhes as ordens e instrucções accomodadas;

4.º Propor as nomeações dos officiaes de registo civil e effectuar as dos ajudantes d'estes, sob propostas d'elles;

5.º Desempenhar todas as demais funcções que pelas leis referidas e pela indole do seu cargo lhe competem.

Art. 20.º O conservador geral será substituído, nos casos de ausencia, enfermidade ou qualquer outro impedimento legitimo por um funcionario superior da Conservatoria Geral, por elle proposto e approvedo pelo Ministro.

Art. 21.º Em cada um dos quatro bairros da cidade de Lisboa e dos dois da cidade do Porto, e em cada uma das capitães de districto administrativo do continente da Republica e ilhas adjacentes, haverá uma conservatoria do registo civil com funcções de registo no respectivo bairro ou concelho.

Art. 22.º As conservatorias de Lisboa e Porto funcionarão em edificios apropriados, podendo alguma ou algumas estabelecer-se provisoria ou definitivamente no Governo Civil ou Camara Municipal, e as das restantes capitães de districto estabelecer-se-hão nos governos civis ou em local conveniente fornecido pelas respectivas camaras municipaes.

Art. 23.º Cada um dos conservadores exercerá tambem funcções de consulta, coordenação e direcção dos registos civis, os de Lisboa e Porto, nas secções dos competentes districtos administrativos constantes do mappa anexo, e, os das demais capitães de districto do continente e ilhas, nas areas d'esses districtos.

Art. 24.º Os conservadores do registo civil serão nomeados pelo Ministerio da Justiça de entre bachareis formados em direito, devidamente habilitados, ficando sujeitos ás mesmas obrigações e penalidades e com as mesmas garantias dos conservadores do registo predial.

Art. 25.º Em cada concelho fora das capitães de districto haverá um official do registo civil que funcionará na respectiva Camara Municipal, ou em logar apropriado por esta fornecido, e terá funcções de registo em todas as freguesias do concelho.

Art. 26.º Serão nomeados officiaes do registo civil quaesquer individuos devidamente habilitados, devendo o Ministro da Justiça escolher, de preferencia, os bachareis formados em direito, naturaes ou domiciliados no respectivo concelho, que reunam as condições necessarias para vir a ser candidatos aos logares de juizes dos concelhos, que serão criados pela proxima reforma judiciaria, ficando entretanto nas mesmas circunstancias da parte final do artigo 24.º Não havendo desde já bacharel formado em direito nestas condições a nomeação terá character meramente provisorio.

Art. 27.º Nas freguesias distantes das conservatorias e

demais repartições do registo civil, mencionadas nos artigos anteriores, estabelecer-se-hão os postos de registo civil que forem indispensaveis para commodidade dos povos, os quaes serão dirigidos por ajudantes do conservador ou official respectivo, sob a directa responsabilidade do mesmo conservador ou official.

Art. 28.º Estes postos serão criados por despacho do Ministerio da Justiça, ouvidas as corporações administrativas locais e o competente conservador ou official, podendo comprehender na sua area uma ou mais freguesias do mesmo concelho, no todo ou em parte, e terão numero de ordem, independentemente da designação que os deve distinguir claramente uns dos outros e indicar quanto possível a sua situação e area.

Art. 29.º Os ajudantes do registo civil, quer sejam encarregados dos postos, quer funcionem nas sedes das repartições, serão nomeados pelo conservador geral, sob proposta dos respectivos conservadores ou officiaes, de entre os cidadãos ou empregados publicos que forem mais idoneos, incluindo os professores de instrucção primaria, e poderão acumular as suas funcções com quaesquer outras publicas ou particulares.

Art. 30.º A criação dos postos de registo civil não retira ao respectivo conservador ou official a sua competencia dentro da area d'esses postos, antes, quando o conservador ou official se encontrar presente, é a elle que de preferencia compete realizar os registos, embora nos livros do posto.

Art. 31.º Em Lisboa e Porto os conservadores do registo civil são obrigados a comparecer em cada um dos postos de registo civil, criados no seu bairro, ao menos uma vez em cada semana, em dia certo, designado antecipadamente e annuciado por editaes affixados á porta da conservatoria e dos respectivos postos; e, nos restantes concelhos do pais, os conservadores e officiaes teem a mesma obrigação, mas uma só vez por mês.

Art. 32.º Em cada um dos bairros de Lisboa e Porto e em cada concelho do resto do pais os interessados poderão dirigir-se indifferentemente ao respectivo posto do registo civil ou á conservatoria ou repartição a que elle esteja sujeito.

Art. 33.º Tanto nas conservatorias como nas demais repartições do registo civil, comprehendendo os postos, os actos do registo poderão ser escritos pelo proprio funcionario ou por um empregado seu sob sua responsabilidade, mas devem ser sempre assinados pelo conservador ou official ou pelo seu ajudante.

Art. 34.º Desempenham funcções do registo civil nos casos especiaes determinados pela lei:

1.º Os agentes diplomaticos e consulares da Republica Portuguesa em paes estrangeiros;

2.º Os commissarios de marinha ou os escrivães nos navios do Estado portuguezes e os capitães, mestres ou patrões, nas embarcações particulares portuguezas;

3.º Os individuos em campanha para isso especialmente designados pelos regulamentos militares;

4.º Quaesquer outros funcionarios ou cidadãos da classe civil, autorizados ou incumbidos d'esses serviços, em casos excepçoes, por este codigo ou por leis especiaes.

Art. 35.º Os individuos designados no artigo antecedente devem transmitir os registos por elles effectuados aos Ministerios a que se encontrem subordinados, dentro dos prazos marcados neste codigo, ou dentro do prazo maximo de tres meses quando nenhum esteja designado, a fim de serem enviados á Conservatoria Geral.

CAPITULO III

Da competencia, attribuições e remuneração dos funcionarios do registo civil

Art. 36.º O funcionario do registo civil é obrigado:

1.º A lavrar, ou mandar lavrar, sob sua responsabilidade, a tinta preta inalteravel, todos os registos dos actos concernentes ao estado civil para que tenha competencia, ou a parte d'esses registos destinada a ser manuscrita nos livros que tenham dizeres impressos;

2.º A archivar, guardar e conservar os livros dos registos e todos os documentos nelles referidos;

3.º A passar certidões e boletins dos actos de registo civil constantes dos livros a seu cargo e de quaesquer documentos archivados ou certificar a sua não existencia;

4.º A desempenhar as demais funcções que lhes são incumbidas por este codigo e pelas leis vigentes, incluindo aquellas que teem sido exercidas pelos parochos na qualidade de encarregados do registo de nascimentos, casamentos e obitos, ou derivadas d'essa qualidade, e que elles não tenham de continuar a exercer, nos termos do artigo 12.º

Art. 37.º Os conservadores do registo civil são obrigados, alem d'isso:

1.º A responder, verbalmente ou por escrito, e ainda pelo telegrapho em caso urgente, a todas as consultas que lhes dirigirem os funcionarios do registo civil comprehendidos no districto ou secção de districto, a que se refere o artigo 23.º;

2.º A coordenar e dirigir superiormente o serviço do registo civil dentro d'esse mesmo districto ou secção;

3.º A organizar e enviar ao conservador geral do registo civil os mapps e demais informações a que se refere este codigo e quaesquer outros que aquelle funcionario lhe pedir.

Art. 38.º O conservador geral do registo civil inscreverá ou transcreverá obrigatoriamente, ou a pedido dos interessados, nos respectivos livros, os registos relativos aos seguintes factos:

1.º Os nascimentos no estrangeiro de filhos de portu-

guês ou portuguesa que não tenha domicilio conhecido na Republica;

2.º Os nascimentos occorridos em navio portuguez, durante a viagem, se nenhum dos paes tiver domicilio conhecido em Portugal;

3.º Os casamentos celebrados no estrangeiro, se algum dos contrahentes for portuguez e não tiver domicilio conhecido na Republica;

4.º Os casamentos *in articulo mortis*, contrahidos a bordo de navio portuguez, durante uma viagem por mar, se nenhum dos contrahentes tiver domicilio conhecido em Portugal;

5.º Os casamentos da mesma natureza, contrahidos, embora sem formalidades, por militar portuguez no estrangeiro, achando-se em campanha, se não for conhecido o seu ultimo domicilio na Republica Portuguesa e o facto puder verificar-se por forma indubitavel;

6.º As sentenças de tribunaes portuguezes, ou as de estrangeiros devidamente revistas e confirmadas, em que se declare a nullidade ou annullação de casamentos, inscritos ou transcritos nos registos da Conservatoria Geral, ou se decreto o respectivo divorcio;

7.º Os obitos de cidadãos portuguezes, occorridos no estrangeiro, quando não for conhecido o seu domicilio em Portugal;

8.º Os obitos de militares portuguezes, occorridos em campanha no estrangeiro, quando não seja conhecido o domicilio anterior do fallecido;

9.º Os obitos occorridos em viagem a bordo de navio portuguez, quando o fallecido não tiver domicilio conhecido em Portugal;

10.º Em geral, todos os actos de registo civil e respectivas menções, concernentes a cidadãos portuguezes, quando occorridos fora do territorio da Republica, se não puder determinar-se o ultimo domicilio dos mesmos cidadãos, e os concernentes a estrangeiros occorridos a bordo de navios portuguezes.

Art. 39.º Em todos os casos referidos no artigo anterior, a verificação do ultimo domicilio das partes determinarà a transcrição obrigatoria dos respectivos registos nos livros da circunscrição competente, cancellando-se os da Conservatoria Geral.

Art. 40.º Nos registos a cargo dos conservadores e dos officiaes do registo civil e respectivos ajudantes serão inscritos ou transcritos:

1.º Os nascimentos occorridos em territorio portuguez;

2.º Os nascimentos occorridos no estrangeiro ou em viagem por mar, se um dos paes ou ambos tiverem domicilio conhecido em Portugal;

3.º Os casamentos que se celebrarem em territorio portuguez;

4.º Os casamentos celebrados no estrangeiro por um portuguez com estrangeiro, ou por dois portuguezes, se tiverem domicilio conhecido em Portugal;

5.º Os casamentos, em que um ou ambos os contrahentes sejam portuguezes, celebrados *in articulo mortis*, ou em campanha no estrangeiro, ou em viagem por mar, se algum d'elles tiver domicilio conhecido em Portugal;

6.º Os casamentos de estrangeiros, celebrados segundo as leis do seu pais e de harmonia com o artigo 62.º do decreto com força de lei n.º 1.º de 25 de dezembro de 1910, quando os contrahentes sejam domiciliados ou venham estabelecer-se em Portugal;

7.º As sentenças em que se declare a nullidade ou annullação de casamentos inscritos ou transcritos nos competentes registos, ou se decreto o respectivo divorcio;

8.º Os obitos occorridos em territorio portuguez;

9.º Os obitos de portuguezes occorridos no estrangeiro, ou em viagem por mar, quando seja conhecido o seu domicilio em Portugal;

10.º Os obitos de militares portuguezes occorridos no estrangeiro em campanha, desde que o facto se verifique por forma indubitavel e elles tenham domicilio conhecido na Republica Portuguesa;

11.º Em geral, todos os actos de registo civil e respectivas menções, concernentes a quaesquer pessoas quando occorridos dentro do territorio da Republica, ou respeitantes a cidadãos portuguezes quando occorridos fora d'elle, se tiverem domicilio em Portugal.

Art. 41.º Nos registos dos agentes diplomaticos e consulares serão inscritos:

1.º Os nascimentos de portuguezes occorridos no estrangeiro;

2.º Os casamentos contrahidos no estrangeiro por dois portuguezes ou por um estrangeiro e um portuguez que conserve a sua nacionalidade;

3.º Os obitos de portuguezes occorridos no estrangeiro;

4.º Em geral, todos os actos de registo civil e respectivas menções, concernentes a cidadãos portuguezes, mencionados neste codigo e nos competentes regulamentos consulares.

Art. 42.º Nenhum funcionario do registo civil pode realizar os actos em que sejam partes principaes elle ou os seus parentes por consanguinidade ou afinidade em qualquer grau da linha recta ou no 2.º grau da linha lateral (irmãos), e igualmente não pode passar certidões relativas a esses actos. Neste caso, á falta de ajudante habilitado, a competencia passa para o posto ou repartição mais proxima.

Art. 43.º Os funcionarios especiaes a que se refere o artigo 34.º serão representados, quer na hypothese do artigo antecedente quer nas de ausencia, enfermidade ou outro impedimento legitimo, por quem legalmente os deve substituir nos seus cargos ou empregos.

Art. 44.º Os funcionarios do registo civil devem con-

formar-se com as instrucções emanadas de qualquer dos seus superiores e do Ministerio da Justiça.

Art. 45.º A tabella dos emolumentos annexa a este código é de caracter provisorio e será opportunamente substituída por uma tabella definitiva, proposta pela Conservatoria Geral quando tiver recolhido os elementos necessarios para a poder formular. Do mesmo modo se procederá quanto ao mappa e modelos annexos.

Art. 46.º A importancia dos emolumentos e sellos a perceber ou percebidos das partes constará sempre, necessariamente, dos proprios registos e dos boletins que os funcionarios são obrigados a entregar-lhes, nos termos do artigo 310.º

Art. 47.º Os funcionarios do registo civil não podem recusar-se a praticar os actos da sua competencia sob pretexto da falta de preparos que garantam os seus emolumentos, podendo apenas exigir previamente que lhes sejam apresentados os sellos necessarios para os actos de registo, salvo o caso de indigencia devidamente comprovada. Terão, porem, o direito de mover execução á pessoa que requereu o registo, ou á que for responsavel pelos emolumentos, nas mesmas condições em que o faz o Ministerio Publico a favor do Estado.

Art. 48.º Alem do direito consignado no artigo anterior os funcionarios poderão recusar ás partes que não tenham ainda pago os emolumentos, não só quaesquer certidões, mas tambem o boletim obrigatorio e gratuito a que se refere o artigo 310.º, excepto para o effeito de enterramentos.

Art. 49.º Serão dispensados do pagamento de emolumentos e sellos, tanto nos actos do registo como nos documentos para elles necessarios, os indigentes que provem esta condição por attestado da respectiva Junta de Parochia, com referencia especial ao fim a que é destinado.

Art. 50.º O attestado mencionado no artigo anterior pode ser passado pelo respectivo regedor ou funcionario que o venha a substituir, no caso de haver tal urgencia no registo que não permita esperar pela reunião da Junta, e deve ser apresentado ao funcionario do registo civil logo no momento em que se solicitar o serviço, ficando devidamente archivado.

Art. 51.º De todos os emolumentos cobrados pelos funcionarios do registo civil, a decima parte pertencerá ao Estado como receita especial do Ministerio da Justiça, destinada a fazer face ás despesas com a nova Conservatoria Geral e com os serviços de estatística, permutas internacionais e outras inherentes ao registo civil, devendo as sobras ter o destino marcado no artigo 350.º

Art. 52.º Os conservadores e officiaes do registo civil terão direito não só aos emolumentos dos registos effectuados nas suas repartições, depois de deduzida a percentagem a que se refere o artigo anterior, mas tambem a metade em Lisboa e Porto, e a um terço nos demais concelhos, d'aquillo que, deduzida a mesma percentagem e a contribuição industrial, representar os emolumentos dos actos praticados pelos seus ajudantes nos respectivos postos.

Art. 53.º A percentagem ao Estado a que se referem os artigos antecedentes, recairá sobre o total dos emolumentos devidos por todas as formalidades até a realização final do registo ou acto a que respeitar, e será paga por meio de estampilha do imposto do sello, apposta ao lado da que representar o pagamento da contribuição industrial.

Art. 54.º As despesas com os livros e impressos, e bem assim com a remuneração aos ajudantes empregados nas repartições e a quaesquer outros auxiliares, serão satisfeitas pelos conservadores ou officiaes relativamente aos seus concelhos ou bairros.

CAPITULO IV

Dos livros do registo civil e sua reforma

Art. 55.º Em cada repartição do registo civil haverá em duplicado os seguintes livros de registos:

- 1.º De nascimentos;
- 2.º De casamentos;
- 3.º De obitos;
- 4.º De reconhecimentos e legitimações dos filhos.

Art. 56.º Na Conservatoria Geral, alem dos livros mencionados no artigo antecedente, haverá para cada uma das especies de registo um outro, destinado a conter o resumo dos actos e declarações que, conformemente a este código ou a quaesquer leis especiaes, devam ser remetidas ao Ministerio da Justiça para que as mande inscrever nos registos competentes.

Art. 57.º Todos os livros, papeis e impressos destinados ao registo civil, serão de marca especial e fornecidos pela Conservatoria Geral, ao preço do custo, aos diversos conservadores e officiaes do registo civil, bem como aos demais funcionarios referidos no artigo 34.º

Art. 58.º Enquanto a Conservatoria Geral não fornecer os livros a que se refere o artigo anterior poderão os funcionarios do registo civil adoptar quaesquer livros, desde que sejam de bom papel e se adaptem aos modelos destinados á execução d'este código.

Art. 59.º Os livros de registos devem ser em todo o territorio da Republica conformes aos modelos; mas os funcionarios especiaes referidos no artigo 34.º poderão usar livros diversos quanto á forma externa, desde que se subordinem ás disposições d'este código e seus modelos quanto á ordem, forma e requisitos dos assentos.

Art. 60.º O conservador geral do registo civil remetterá aos conservadores dos bairros de Lisboa e Porto e aos das restantes capitães de districto os livros ou cadernos para formar livros, os papeis e os impressos que cada um lhe requisitar para o serviço dentro do respectivo districto ou secção de districto nos termos do artigo 23.º; e por sua vez cada conservador distribuirá pelos compe-

tentes officiaes os livros, papeis e impressos necessarios ao serviço dos registos em cada concelho, guardando para si os que precisar para o proprio concelho ou bairro.

Art. 61.º Os cadernos para formar livros, remetidos pelo conservador ou official aos seus ajudantes encarregados dos postos comprehendidos dentro do seu bairro ou concelho, consideram-se como fazendo parte dos da sede, e com estes formarão um só livro no fim do anno relativamente a cada especie de registo.

Art. 62.º Para cada especie de registo haverá dois livros, num dos quaes se reproduzirão os assentos lançados no outro, considerando-se *duplicado* o que leva o competente sello e denominando-se o outro *original*.

Art. 63.º Os livros do registo civil serão numerados e rubricados, os da Conservatoria Geral e dos funcionarios especiaes referidos no artigo 34.º, pela Procuradoria Geral da Republica, os das conservatorias de Lisboa e Porto, pelos respectivos procuradores da Republica, e os das repartições e postos dos restantes concelhos, pelos competentes delegados do procurador da Republica, e terão termo de abertura por elles escrito e assinado.

Art. 64.º Em cada especie de registo os assentos terão um numero de ordem, recomeçando esta numeração em livros novos no 1.º de janeiro de cada anno.

Art. 65.º A numeração dos assentos exarados nos livros dos postos do registo civil será meramente provisorio e a tinta preta, sendo nelles lançada a numeração definitiva, a tinta vermelha, quando forem reunidos aos da respectiva sede, pela ordem de numeração referida no artigo 28.º

Art. 66.º Esta reunião e numeração definitiva far-se-ha logo, sem perda de tempo, nos primeiros dias do novo anno, despresando-se os cadernos ou folhas não preenchidas, e em seguida encerrar-se-hão os livros do registo, que para esse effeito serão enviados ou entregues pelo conservador ou official até o dia 5 de janeiro ao funcionario respectivo indicado no artigo 63.º, o qual no termo de encerramento declarará o numero de actos inscritos no registo e o numero de folhas por elles occupadas, devolvendo os mesmos livros ao official ou conservador até ao dia 10 do dito mês.

Art. 67.º No fim de cada livro e do respectivo duplicado, e após o termo de encerramento, haverá um indice alfabético dos nomes de familia das pessoas a que se referem os registos, com indicação das datas dos assentos, dos numeros de ordem definitivos, dos nomes proprios, e das folhas do livro em que se acham; devendo figurar no indice os nomes dos dois contrahentes, cada qual no lugar correspondente, quando o registo for de casamento.

Art. 68.º Organizado o indice annual o conservador ou official do registo fará encadernar á sua custa os respectivos livros, de modo que possam ser conservados indefinidamente em bom estado.

Art. 69.º Depois do encerramento, redacção do indice alfabético annual e encadernação dos livros do registo, o official do registo civil procederá á entrega dos duplicados, directamente, ou por um delegado seu sob sua responsabilidade, ao respectivo conservador, mediante recibo em papel branco.

Art. 70.º A entrega a que se refere o artigo anterior deve ser feita até o ultimo dia de fevereiro do anno seguinte áquelle a que os livros disserem respeito, sob pena de multa de 1\$000 réis por cada dia de demora, que será imposta em processo criminal, se não for paga voluntariamente na repartição de fazenda respectiva, dentro do prazo de cinco dias, por meio de guia visada pelo conservador.

Art. 71.º A demora na entrega alem de trinta dias determina necessariamente a demissão do funcionario, independentemente da multa estabelecida no artigo antecedente e das penas impostas pelos artigos 311.º e 312.º do Código Penal, quando applicaveis.

Art. 72.º Terminado o anno de 1920, e successivamente de dez em dez annos, cada official ou conservador do registo civil fará reduzir a um indice alfabético decennial, que estará concluído no fim de abril immediato, os dez indices de cada especie de registos, relativos ao seu concelho ou bairro, e remetterá ou collocará o duplicado d'esse indice no competente archivo do districto ou secção de districto.

Art. 73.º A guarda e conservação dos livros originaes do registo pertence em cada concelho ou bairro ao respectivo conservador ou official, que para esse effeito os archivará na propria repartição, tomando todas as precauções para a sua integridade e impedindo a saída d'elles fora da repartição, salvo quando for ordenada por lei ou por mandado judicial.

Art. 74.º Os duplicados ficarão sob a guarda dos conservadores em archivos especiaes, existentes nos governos civis ou nos edificios apropriados a que se refere o artigo 22.º, observando os conservadores acerca d'elles o disposto no artigo anterior.

Art. 75.º No caso de se inutilizarem ou extraviarem algum ou alguns livros, no todo ou em parte, proceder-se-ha á sua reforma sem prejuizo nem interrupção do serviço regular do registo, reproduzindo-se integralmente os assentos e copiando-se todas as assinaturas, notas marginaes e averbamentos, mas sem apposição de sellos.

Art. 76.º Se dos livros, que se inutilizarem ou extraviarem subsistirem os respectivos duplicados, ou vice-versa, far-se-ha a reforma em conformidade dos livros subsistentes, convocando-se as pessoas interessadas, por meio de editaes affixados em todas as freguesias do concelho ou bairro, e por annuncio publicado no *Diario do Governo* e nos jornaes mais lidos da circunscrição, para que, no prazo de tres meses, examinem perante o respectivo conser-

vador ou official do registo civil a reforma effectuada e apresentem qualquer reclamação.

Art. 77.º Findo o prazo sem que haja reclamação alguma cumpre ao respectivo procurador da Republica em Lisboa e Porto, e ao competente delegado do procurador da Republica nos demais concelhos, conferir o novo livro com o antigo, rubricar todas as folhas, e exarar os competentes termos de abertura e encerramento.

Art. 78.º Se não existirem nem os originaes nem os duplicados, quer de livros findos, quer de livros em curso, convocar-se-hão, nos termos do artigo 76.º, as pessoas interessadas para que, no prazo de seis meses, apresentem ao respectivo funcionario do registo civil as certidões, declarações e documentos que possam esclarecer a verdade.

Art. 79.º Findo o prazo do artigo anterior reformar-se-hão no que for possivel os livros perdidos ou inutilizados, aproveitando-se para isso os elementos fornecidos pelas partes e os que puderem obter os proprios funcionarios do registo civil, e convocar-se-hão de novo as pessoas interessadas, nos termos e com os effeitos dos artigos 76.º e 77.º

Art. 80.º Se houver alguma reclamação extrair-se-ha do registo ou registos impugnados uma copia que será remittida com a reclamação e documentos ao juiz de direito respectivo para decidir, conforme o que lhe parecer justo, ouvidos os interessados e o Ministerio Publico, e seguindo-se o processo dos artigos 788.º a 791.º do Código do Processo Civil na parte applicavel.

Art. 81.º Se a reclamação consistir na falta de inserção de qualquer registo, terá de instaurar-se o processo ordinario.

Art. 82.º Só depois de ter passado em julgado a decisão judicial poderá fazer-se a devida reforma no livro ou livros competentes.

Art. 83.º Os livros reformados terão a mesma validade que os primitivos.

Art. 84.º Se a perda ou inutilização dos livros do registo civil for imputavel aos funcionarios encarregados da sua guarda e conservação, á custa d'elles será feita a reforma, sem prejuizo do disposto no Código Penal, artigos 311.º e 312.º, quando applicaveis.

Art. 85.º Se for ocasionada por caso fortuito ou devida a força maior, as despesas da reforma serão satisfeitas pela camara municipal respectiva.

CAPITULO V

Dos serviços do registo civil em geral

Art. 86.º As repartições do registo civil estarão abertas obrigatoriamente durante seis horas em cada dia, podendo este periodo de tempo ser continuo ou separado por um intervalo, mas devendo o horario constar de annuncio affixado á porta de cada repartição, e não podendo contar-se neste periodo obrigatorio o tempo que decorrer antes das oito horas da manhã e depois das cinco da tarde.

Art. 87.º O descanso semanal contar-se-ha nas repartições do registo civil de modo que nos domingos e dias feriados haja, pelo menos, tres horas, dentro dos limites do artigo anterior, durante as quaes estarão abertas para effectuar qualquer serviço. Em compensação, no dia util immediato a cada domingo ou feriado, as repartições poderão abrir mais tarde, desde que funcionem pelo menos durante tres horas. Nos postos o serviço será sempre regulado de harmonia com as demais obrigações officiaes dos encarregados.

Art. 88.º O serviço do registo civil deve ser feito de dia entre o nascer e o pôr do sol; mas, em casos urgentes, poderá ser feito de noite, desde que a razão da urgencia conste do registo, e se prove por documento, sendo possivel.

Art. 89.º Os assentos do registo civil devem ser escritos por extenso, ou simplesmente preenchidos se em parte forem impressos, na presença dos declarantes e das testemunhas, ou em face dos documentos e apontamentos que elles tiverem previamente apresentado, ou das proprias observações do funcionario do registo todas as vezes que a lei não determinar o contrario.

Art. 90.º É prohibido usar de abreviaturas ou algarismos, podendo todavia repetir-se por algarismos as datas já escritas por extenso.

Art. 91.º Os assentos seguir-se-hão uns aos outros com intervalo de uma linha, que será coberta por um traço a tinta preta.

Art. 92.º Os riscos, emendas, rasuras, entrelinhas, ou outra qualquer alteração que possa occasionar duvida, devem ser resalvados pela mesma letra e antes das assinaturas, fazendo-se d'isso especial menção no momento de se encerrar o registo, sob pena de poder ser arguida a nullidade ou falsidade do registo por quem nisso tiver interesse.

Art. 93.º Quando se reconhecer, depois de concluído e assinado um registo, e logo em acto consecutivo, que é necessario proceder á sua rectificação, poderá esta fazer-se por meio de declaração, escrita em seguida e na mesma columna pelo funcionario que lavrou o registo. Esta rectificação será assinada por todas as pessoas que tiverem assinado o assento.

Art. 94.º Assinado o registo, e salvo o caso do artigo anterior, nenhuma declaração, emenda, rectificação, additamento ou alteração no texto, seja de que natureza for, poderá ser feita senão em virtude de sentença passada em julgado proferida nos tribunales judiciais.

Art. 95.º Na columna á margem dos respectivos assentos serão lançadas as conclusões d'essas sentenças em um sumario, que deve conter o resumo do julgado, data da sentença, juizo em que foi proferida e cartorio onde correu o processo.

Art. 96.º As certidões das sentenças referidas no artigo anterior serão de teor e ficarão devidamente archivadas na repartição do registo civil.

Art. 97.º Todos os documentos apresentados para base de um registo ou de uma rectificação, menção ou averbamento, serão passados em papel sellado salvo o caso de indigência, e, depois de rubricados pelo respectivo funcionario do registo civil, ficarão emacados com um numero de ordem correspondente ao numero do respectivo registo.

Art. 98.º Os documentos archivados nos postos de registo civil serão remetidos no fim de cada anno com os livros do registo á repartição competente e receberão ahi o correspondente numero de ordem definitivo, procedendo-se semelhantemente ao disposto no artigo 65.º

Art. 99.º Quando os documentos apresentados estiverem redigidos em lingua estrangeira, será obrigatoria a traducção d'elles para portuguez, devidamente certificada e legalizada.

Art. 100.º Todos os registos devem mencionar o logar e a data em que são feitos; o funcionario que os assina, bem como a razão da intervenção do seu ajudante, se não for o proprio funcionario quem intervem; as indicações relativas ás partes e ás testemunhas; e a importancia dos emolumentos e sellos, ou a indigência que dispensa o seu pagamento, com referencia expressa ao documento respectivo.

Art. 101.º Alem das declarações mencionadas no artigo antecedente, cada assento conterá ainda as declarações especiaes exigidas por este codigo em relação a cada uma das especies de registo.

Art. 102.º Nenhum assento deve conter mais ou menos declarações que as determinadas na lei.

Art. 103.º O registo, antes de ser assinado, será sempre lido na presença de todas as pessoas que nelle intervierem, do que se fará expressa menção. Todavia, no registo do casamento, não serão lidas as filiações dos nubentes, nem a sua qualidade de legitimos ou illegitimos.

Art. 104.º Todos os actos do registo devem ser assiuados immediatamente depois da leitura, nos seus dois exemplares, primeiro pelas partes e testemunhas e depois pelo funcionario do registo civil, cuja assinatura encerrará o assento.

Art. 105.º Se alguma das partes ou alguma das testemunhas, ou o proprio funcionario do registo civil, se impossibilitar por qualquer causa de assinar depois da leitura, ou se ausentar, ou não quiser assinar o registo, ficará este sem effeito e terá de repetir-se, mas o consentimento dado para o casamento não poderá ser retirado.

Art. 106.º Se a culpa não for do funcionario, mencionará este o occorrido, indicando a razão por que o acto ficou incompleto e qualquer dos interessados poderá fazer revalidar o acto incompleto, por meio de sentença judicial, nos termos do artigo 80.º

Art. 107.º Quando alguma das partes não souber ou não puder escrever, assim o declarará ao funcionario do registo, mas neste caso intervirá mais uma testemunha, qualquer que seja o numero das partes que não saibam ou não possam escrever.

Art. 108.º Quando alguma das testemunhas não souber ou não puder escrever, nem por isso ficará nullo o registo, desde que uma d'ellas, pelo menos, ou alguma das partes escreva o seu nome.

Art. 109.º Quando, excepcionalmente, nenhuma das partes e das testemunhas souber escrever, o funcionario fará assistir ao registo mais duas testemunhas incluindo a referida no artigo 107.º, e mencionará tudo expressamente no assento.

Art. 110.º É permittido ás pessoas, que necessariamente houverem de figurar num acto de registo civil, fazer-se representar por procurador bastante, contanto que a procuração seja publica ou havida por tal e contenha poderes especiaes para o acto.

Art. 111.º As proprias pessoas que desejarem figurar num acto de registo de nascimento ou de casamento na qualidade de paranympnos, vulgarmente denominados padrinho e madrinha, e não estiverem presentes, poderão fazer-se representar por procuração, nos termos do artigo anterior, conferida ás pessoas que de facto intervierem para testemunhar o acto.

Art. 112.º As procurações passadas nos termos dos dois artigos anteriores não podem referir-se a mais de uma pessoa como mandante ou mandatario e não podem ser passadas a favor de menores.

Art. 113.º Todas as procurações serão rubricadas e terão o destino indicado nos artigos 97.º e 98.º

Art. 114.º Á margem da columna do registo haverá outra mais estreita onde se inscreverão:

- 1.º O numero de ordem do registo;
- 2.º O nome de familia da pessoa ou pessoas a que elle se refere, bem como, entre parenthesis, o nome ou nomes proprios;
- 3.º A natureza de cada um dos documentos a que se fizer referencia com indicação do maço onde fica archivado, ou a declaração de que não ha documento;
- 4.º Quaesquer notas ou menções das que devam averbar-se nos termos d'este codigo e que serão sempre datadas e rubricadas pelo funcionario do registo civil.

Art. 115.º O funcionario que exarar á margem de um registo qualquer nota, menção ou averbamento, e já não tiver em seu poder o respectivo livro duplicado, é obrigado a enviar, no prazo maximo de cinco dias, uma copia textual d'esse lançamento, com indicação do assento a que se refere, ao competente conservador, cobrando d'este um recibo que deverá archivar. Por sua vez o conservador é obrigado a fazer o lançamento no livro duplicado, dentro do prazo de tres dias,

Art. 116.º Quando, por virtude de successivos averbamentos, notas ou menções, estiver preenchido o espaço da columna referida nos artigos antecedentes, o funcionario continuará as menções, notas ou averbamentos nos livros então em serviço, exarando-os na columna reservada aos registos, tanto no original como no duplicado, e lançando ás respectivas cotas de referencia. Na columna ao lado será exarado qualquer outro averbamento, nota ou menção posterior que diga respeito ao mesmo registo.

Art. 117.º As notas, menções ou averbamentos que houverem de fazer-se depois da promulgação d'este codigo, ao lado de assentos que tenham sido lavrados até a entrada d'elle em vigor nos livros do registo parochial, importam necessariamente a prévia transcrição d'aquelles assentos no registo civil do domicilio de qualquer dos interessados, mediante a apresentação de certidão do assento, ou ainda de certidão tirada dos livros referidos no artigo 13.º, archivando-se o respectivo documento.

Art. 118.º Os registos do estado civil que forem feitos fora do logar do domicilio das partes interessadas poderão ser transcritos, a pedido d'estas, feito verbalmente e sem dependencia de requerimento ou de despacho, no registo civil do seu domicilio á vista de certidões autenticas passadas pelos competentes funcionarios do registo civil.

Art. 119.º Serão transcritos no registo civil os actos realizados no estrangeiro quando a lei o ordenar, ou quando as partes o requererem e a lei o permittir.

Art. 120.º Serão obrigatoriamente inscritos como registos nos livros do registo civil os actos constantes dos documentos seguintes:

1.º Os autos relativos a crianças expostas ou abandonadas, levantados pelas autoridades publicas competentes, quando as crianças não forem apresentadas directamente na repartição do registo civil pelas pessoas que as encontrarem;

2.º As certidões de obito transmittidas pelos officiaes do registo civil do logar do obito ao do domicilio, relativamente aos individuos mortos nos hospitaes e outras casas publicas, nas prisões, casas de detenção ou em consequencia de morte violenta;

3.º Os actos de nascimento e morte occorridos no mar e transmittidos ao funcionario do registo civil do ultimo domicilio dos paes e do fallecido;

4.º Os actos de nascimento, de reconhecimento ou legitimação, casamento e morte, celebrados em campanha perante empregados militares para isso autorizados e transmittidos por estes;

5.º Os actos de nascimento e morte celebrados perante os respectivos funcionarios nos lazaretos e nos outros logares que estiverem sem communicações por virtude de leis sanitarias;

6.º Os julgamentos e sentenças que ordenarem a substituição ou restabelecimento de um registo civil.

CAPITULO VI

Dos registos de nascimento

Art. 121.º O nascimento de uma criança deve ser declarado verbalmente, ou por escrito em papel commum, ao competente funcionario do registo civil, por uma das pessoas seguintes:

- 1.º Pelo pae se se encontrar no logar do nascimento;
- 2.º Pelo facultativo ou parteira ou outra pessoa que tenha prestado soccorros á mãe ou á criança no acto do parto, no caso de ausencia ou impedimento do pae, ou sendo este desconhecido ou morto;
- 3.º Pelo dono ou dona da casa, ou pelo director, ou chefe do estabelecimento onde occorreu o parto, achando-se a mãe fora da sua habitação;
- 4.º Pelo parente mais proximo do recém-nascido, sendo maior e residindo na povoação onde o nascimento occorreu;
- 5.º Pela propria mãe da criança, directamente ou por procurador bastante.

Art. 122.º As pessoas referidas no artigo antecedente são obrigadas successivamente a fazer a declaração a que elle se refere, nos termos applicaveis do artigo 248.º; mas as indicadas nos n.ºs 2.º e 3.º não respondem pelos emolumentos e sellos do registo, os quaes poderão ser exigidos desde logo, sem dependencia de outras formalidades, do legitimo representante do menor.

Art. 123.º As declarações de nascimento devem ser feitas, dentro do prazo de sete dias a contar do parto, ao funcionario do registo civil do logar do nascimento, ou do logar onde a criança se encontrar, ainda mesmo que outro fosse o domicilio da mãe; e nesse dia será feito o registo, salvo se houver de se declarar a maternidade de um filho illegitimo, nos termos do artigo 162.º, e a mãe não estiver presente nem legalmente representada, porque em tal caso o funcionario do registo guardará a declaração de nascimento, depois de reduzida a escrito, e o registo poderá ser feito validamente até o 28.º dia posterior ao nascimento.

Art. 124.º O dia do parto não se conta no prazo, e, se o setimo dia for domingo ou dia feriado, as declarações podem ainda fazer-se no dia seguinte.

Art. 125.º Dentro dos mesmos sete dias podem tambem fazer declaração de nascimento quaesquer outros parentes do menor, vizinhos ou amigos da familia, ou outras pessoas do povo que do facto tenham conhecimento; mas o funcionario só fará o registo com base nestas declarações facultativas se até o termo dos sete dias não comparecer qualquer das pessoas obrigadas a prestá-las, e se por si mesmo se certificar da sua veracidade.

Art. 126.º Se as declarações não forem feitas no prazo de sete dias, o funcionario do registo civil recusará recebê-las enquanto não for autorizado a lavar o registo fora

do prazo pelo juiz de direito da respectiva comarca ou vara civil, salvo verificando-se o caso do artigo anterior, porque então deverá fazer o registo logo que termine as suas averiguações.

Art. 127.º Se o pedido de registo for apresentado ao juiz dentro do prazo de tres meses a contar do nascimento, pela pessoa obrigada nos termos do artigo 121.º, o mesmo juiz mandará lavar o registo sem condemnar em multa nem custas se se convencer de que a falta proveio de caso fortuito ou força maior, ou applicará á pessoa obrigada nos termos do artigo 121.º, alem dos sellos do processo, a multa de 1\$000 réis a 10\$000 réis em caso de negligencia, condemnando a ainda noutro tanto a titulo de custas, que reverterão para os funcionarios judiciais nas proporções indicadas na tabella annexa.

Art. 128.º O mesmo se observará ainda que o pedido seja feito por pessoa mencionada no artigo 125.º, sendo, porem, ouvida a pessoa obrigada, que tiver sido negligente, antes de condemnada, se for caso d'isso.

Art. 129.º Passados os tres meses referidos nos artigos anteriores, todos os funcionarios do registo civil devem e qualquer pessoa do povo pode participar a falta ao competente delegado do procurador da Republica, que promoverá processo criminal contra as pessoas obrigadas a fazer as declarações de nascimento, para applicação da pena de multa de 10\$000 réis a 100\$000 réis e para a verificação no mesmo processo dos elementos necessarios para se lavar officiosamente o registo, á custa do responsável pela falta. Não existindo ninguem que possa ser responsável, o processo servirá apenas para se poder lavar o registo.

Art. 130.º Metade da multa designada no artigo anterior será entregue sem despesas, por termo nos autos, ao participante da infracção; e, se a não vier receber no prazo de tres meses, reverterá a beneficio da obra de assistencia publica designada no artigo 350.º, para onde irá a outra metade da mesma multa.

Art. 131.º O proprio responsável pela falta poderá requerer ao juiz que se siga o processo indicado no artigo 129.º para, como consequencia d'elle, se lavar o registo, sendo neste caso condemnado somente em metade da multa e nas custas e sellos do processo, pela tabella judicial, e destinando-se a multa á referida obra de assistencia publica.

Art. 132.º Em todos os casos em que a inscrição tardia é autorizada pelo poder judicial, o funcionario do registo deve resumir no texto do assento a sentença e archivar esta como documento, com o respectivo numero de ordem.

Art. 133.º Independentemente das cautellas estabelecidas nos artigos anteriores, fica permittido a qualquer individuo, que até os quatorze annos não tenha sido inscrito nos livros do registo civil, declarar elle proprio, em qualquer idade, o seu nascimento perante o funcionario do logar do seu domicilio, desde que o dito funcionario se certifique da veracidade das declarações do registando, devendo para esta especie de registos exigir o dobro das testemunhas e ficando ellas e o declarante sujeitos ás penas do artigo 242.º do Codigo Penal, em caso de falsidade.

Art. 134.º A apresentação da pessoa, cujo nascimento é declarado, não é indispensavel para que se possa lavar o assento, salvo nos casos dos artigos 133.º e 148.º; mas as testemunhas devem afirmar que viram a criança e qual é o seu sexo.

Art. 135.º Quando o nascimento for declarado pelo facultativo ou parteira que assistir ao parto é dispensada a affirmação das testemunhas acêrca do sexo do recém-nascido.

Art. 136.º As declarações erradas acêrca da identidade e sexo do recém-nascido, que não esteja presente no acto do registo, importam a necessidade da rectificação d'este por virtude de sentença judicial, e sujeitam as pessoas respectivamente mencionadas nos dois artigos anteriores ás penas do artigo 242.º do Codigo Penal, sem embargo da boa fé que ellas possam allegar em seu favor, que apenas valerá como circumstancia atenuante.

Art. 137.º O registo de nascimento deve ser feito na respectiva repartição; mas poderá tambem sê-lo na casa onde se encontrar o registando, todas as vezes que assim o requeira qualquer de seus paes, ou outro interessado, allegando-se e provando-se doença, ou outra causa attendivel, nos termos do artigo 214.º

Art. 138.º O registo de nascimento deve ser assinado, alem do declarante, por duas testemunhas de maior idade, que serão tambem consideradas como padrinhos ou paranympnos se os interessados assim o quiserem, devendo neste caso protecção e assistencia ao menor, na falta dos paes.

Art. 139.º Podem ser testemunhas no registo de nascimento, alem das pessoas já autorizadas por lei, as mulheres, quaesquer parentes dos recém-nascidos, incluindo os avós e os irmãos, os estrangeiros contanto que entendam a lingua portuguesa, e os filhos e amanuenses dos funcionarios do registo civil.

Art. 140.º Alem das testemunhas, poderão tambem assinar o assento de nascimento as demais pessoas assistentes, de qualquer idade, nos termos dos artigos 218.º e 219.º

Art. 141.º Os assentos de nascimento deverão conter as seguintes declarações:

- 1.º A hora, dia, mês, anno e logar em que o registo é feito;
- 2.º O nome do funcionario que intervem no registo e o assina, nos termos do artigo 100.º;
- 3.º O nome completo, estado, profissão e domicilio da pessoa que faz a declaração do nascimento;

4.º A hora, dia, mês, anno e logar do nascimento;
5.º O sexo do registando;
6.º O nome ou nomes de familia que lhe ficam pertencendo;

7.º O nome proprio que lhe foi ou é posto;
8.º A qualidade de filho legitimo ou illegitimo do registando, considerando-se o exposto no acto do registo como illegitimo;

9.º O nome completo, idade, profissão, naturalidade, domicilio e residencia do pae e da mãe, se são conhecidos e houverem de ser declarados, com a indicação do logar e data approximada do casamento, sendo casados;

10.º Os nomes completos, naturalidades e ultimos domicilios dos avós, se são conhecidos e houverem de ser declarados;

11.º Os nomes completos, estados, profissões e domicilios das testemunhas, com a indicação de que são consideradas como padrinhos ou paranymphos quando for pedida.

12.º Quaesquer outras declarações complementares que este codigo exija nos casos por elle especialmente previstos, ou que pareçam convenientes aos signatarios do registo para a melhor identificação do individuo.

Art. 142.º O nome proprio será indicado pela pessoa que faz a declaração do nascimento, ou pelas testemunhas no caso de aquella o não querer fazer, ou ainda pelo funcionario do registo civil quando as demais pessoas o não fizerem.

Art. 143.º O nome proprio será livremente escolhido de entre os que se encontram nos differentes calendarios, ou de entre os que usaram as personagens conhecidas na historia, e não deverá confundir-se com nomes de familia, nem com os de cousas, qualidades, animaes, ou analogos.

Art. 144.º Nos assentos de nascimento não poderão figurar, em caso algum, os sobrenomes e quaesquer referencias honorificas ou nobiliarchicas do registado, nem os titulos ou honras que porventura, ao lado dos nomes civis, ainda possam usar seus paes ou avós.

Art. 145.º No caso de nascimento de gêmeos lavrar-se-ha assento separado para cada um d'elles, seguindo-se a ordem da prioridade do nascimento.

Art. 146.º Na hypothese prevista no artigo anterior o funcionario do registo civil deve averiguar, com todo o cuidado, qual dos dois gêmeos nasceu primeiro, indicando o minuto do nascimento de cada um, se for possivel, e ainda os sinais que porventura tiverem e que sejam susceptiveis de estabelecer a distincção entre um e outro.

Art. 147.º Nos assentos de nascimento de um exposto, considerando-se como tal a criança nascida de paes desconhecidos, que for encontrada ao abandono em qualquer logar, far-se-ha menção especial:

1.º Do dia, hora e logar em que for encontrado o exposto;

2.º Da sua idade apparente;

3.º De qualquer sinal ou defeito de conformação que o distinga;

4.º De qualquer declaração que o acompanhe;

5.º Dos vestidos ou roupas em que estiver ou tiver estado envolvido;

6.º Das marcas ou sinais das roupas, objectos, papeis, medalhas, e, em geral, de qualquer outro indicio que se encontre.

Art. 148.º A pessoa que tiver encontrado o exposto é obrigada a apresentá-lo, com todos os objectos indicados no artigo anterior, ao competente official do registo civil no prazo maximo de vinte e quatro horas, entregando-o em acto seguido, depois de effectuado o registo, e com o boletim a que se refere o artigo 310.º, á autoridade administrativa mais proxima, nos termos e sob as penalidades do artigo 346.º do Codigo Penal.

Art. 149.º O funcionario do registo civil escolherá para o exposto o nome proprio e um sobrenome, evitando cuidadosamente que este seja conhecido como pertencente a familias existentes na região, devendo de preferencia escolhê-lo na historia antiga, ou derivá-lo de circunstancias que se refiram particularmente á criança, á sua conformação, feições, cor de pelle, logar e hora em que foi encontrado, mas abstendo-se cuidadosamente de qualquer denominação ridicula ou tal que possa recordar que o registado é um exposto.

Art. 150.º O funcionario tomará todas as precauções para que o exposto, depois de effectuado o registo, seja collocado sob a protecção e vigilancia da autoridade publica, á qual enviará a participação do occorrido e prestará todos os esclarecimentos e auxilio de que ella possa carecer para este fim.

Art. 151.º Se um recém-nascido fallecer depois de nascer, ainda que só durasse um instante, o funcionario do registo civil fará lavrar o assento de nascimento com todas as formalidades prescritas neste codigo, declarando porem nelle que a criança já é fallecida na occasião do registo; e em acto continuo abrirá no competente livro o assento de obito d'essa criança.

Art. 152.º Não deve inscrever-se no registo de nascimento mas só no de obito, nos termos do artigo 283.º, a criança que tenha morrido antes ou durante o parto.

Art. 153.º Se em viagem de mar nascer alguma criança em navio portuguez ou funcionario competente, designado no n.º 2.º do artigo 34.º, lavrará dentro de vinte e quatro horas depois do parto, e na presença do pae, se estiver a bordo, ou da mãe na falta do pae e se a saude d'ella o permittir, ou em ultimo caso, sem a presença de qualquer d'elles, assento de nascimento em duplicado com todas as formalidades e declarações exigidas neste codigo, acrescentando a da latitude e longitude em que aproximadamente o nascimento tiver occorrido, e qualquer outra circunstancia que succeda dar-se. Não havendo livros

proprios a bordo o registo será feito em dois autographos.

Art. 154.º Quando o navio entrar em porto estrangeiro, onde reside agente diplomatico ou consular portuguez, o commandante entregar-lhe-ha uma copia authentica do registo, ou um dos autographos, e guardará outra ou outro para remetter, por intermedio do respectivo Ministerio e da Conservatoria Geral, á repartição do registo civil do domicilio do pae ou mãe, logo que entrar no primeiro porto nacional.

Art. 155.º Se o navio entrar primeiro em porto nacional, ou se no porto estrangeiro onde houver tocado não existir agente diplomatico ou consular portuguez, uma só copia ou os dois autographos serão remettidos, por intermedio da Conservatoria Geral, á competente repartição do registo civil, nos termos do artigo anterior.

Art. 156.º O funcionario do registo civil a quem for remettido algum autographo ou copia de assento de nascimento, transcrevê-lo-ha logo, gratuitamente e sem sello, no competente livro, archivando-o como documento com o respectivo numero de ordem.

Art. 157.º Se o nascimento occorrer durante alguma viagem por terra, ou se não se cumprirem as disposições dos artigos anteriores na viagem por mar, ou se for em navio estrangeiro, o registo será lavrado pelo funcionario do primeiro logar onde a mãe do recém-nascido se demorar por espaço de vinte e quatro horas ou for estabelecer o seu domicilio, contando-se neste ultimo caso o prazo para o registo, nos termos do artigo 123.º, a partir do dia da chegada ao logar onde se domiciliar.

Art. 158.º Se nos lazaretos ou estabelecimentos em condições analogas occorrer algum nascimento, os inspectores ou directores d'esses estabelecimentos, ou os empregados que aas vezes fizerem, abrião, dentro de vinte e quatro horas, o respectivo assento de nascimento, cumprindo, em tudo aquillo a que forem applicaveis, as disposições d'este codigo sobre a forma e requisitos do registo.

Art. 159.º O assento será lavrado em um livro de registo, havendo-o, tirando-se d'elle uma copia autentica, que, no prazo de vinte e quatro horas a contar do termo da incomunicabilidade, será officialmente remettida ao funcionario do registo civil do logar onde o lazareto estiver situado, para a fazer inscrever immediatamente no competente livro. Não havendo livro de registo no estabelecimento, far-se-ha o assento em dois autographos.

Art. 160.º No registo civil não será admittida declaração de paternidade, maternidade ou avoenga dos filhos illegitimos, salvo quando o pae, ou a mãe, pessoalmente ou por seu bastante procurador com poderes especiaes, fizerem esta declaração e a assinarem.

Art. 161.º Se o pae ou mãe declarante não souber ou não puder assinar, observar-se-ha o disposto no artigo 107.º

Art. 162.º Sendo o filho nascido antes da dissolução do matrimonio, não pode ser admittida no acto do registo de nascimento declaração contraria á sua legitimidade, ainda que a mãe diga que o filho não é de seu marido, ou este affirme que o filho não é seu, salvo verificando-se qualquer das seguintes hypotheses:

1.º Tendo o filho nascido dentro dos cento e oitenta dias seguintes á celebração do casamento;

2.º Tendo o filho nascido passados os trezentos dias subsequentes á separação dos conjugues.

Art. 163.º Na columna á margem do assento do registo de nascimento serão lançadas, alem das indicações referidas no artigo 114.º, e mediante pedido verbal, ou escrito em papel commum, as menções relativas á perfilhação ou reconhecimento dos filhos illegitimos e á legitimação dos filhos em consequencia de subseqente matrimonio dos paes, quer estes actos resultem de sentença judicial passada em julgado, quer constem de outros registos da mesma ou de diversa repartição, celebrados directamente, ou extrahidos de testamento, escritura ou auto publico.

Art. 164.º Quando os actos referidos no artigo anterior constarem dos registos da propria repartição, não serão necessarias certidões para que se façam as menções competentes, bastando que o respectivo funcionario, ao exarar as menções, lance as necessarias cotas de referencia ao lado dos diversos registos.

Art. 165.º Quando os mesmos actos constarem de documentos autenticos e as menções forem pedidas com base nesses documentos, o funcionario só poderá exaralas depois de ter lançado no livro competente os registos de perfilhação ou legitimação, mas não dependerá para isso de qualquer despacho ou sentença judicial.

Art. 166.º No caso de subseqente matrimonio dos paes ou funcionario do registo civil, independentemente de qualquer despacho ou sentença, averbará obrigatoriamente de legitimos os filhos, em face do registo ou certidão do casamento, em qualquer dos seguintes casos:

1.º Constando a legitimação do proprio acto do casamento;

2.º Constando os nomes de ambos os paes do registo do nascimento ou de quaesquer das menções posteriores, incluindo as de perfilhação anterior ou posterior ao casamento;

3.º Existindo registo ou certidão de legitimação posterior ao casamento, ou sentença judicial passada em julgado comprovando a filiação.

Art. 167.º Em qualquer dos casos mencionados no artigo anterior, os paes ou os filhos tornados legitimos podem requerer que os assentos de nascimento d'estes, depois de averbados de legitimos, sejam transcritos como se de novo se registasse o nascimento dos filhos para o effeito de ficar no corpo dos assentos a filiação legitima.

Art. 168.º No caso previsto no artigo anterior serão transcritas para o novo assento apenas as menções que

se tornaram inapplicaveis pelo facto da legitimação; e só d'este assento poderá de futuro extrahir-se qualquer certidão ou boletim, para o que se fará no antigo, e só nelle, a competente nota de referencia.

Art. 169.º A perfilhação por averbamento ao registo de nascimento, nos termos do artigo 23.º do decreto n.º 2 de 25 de dezembro de 1910, depende de se ter lançado no respectivo livro de reconhecimentos e legitimações, nos termos do artigo 290.º, o competente registo de reconhecimento, que, na hypothese do § 1.º d'aquelle mesmo artigo 23.º, se conservará tambem secreto, para todos os effeitos, emquanto não se verificar qualquer das circunstancias do art. 32.º do mesmo decreto.

Art. 170.º É expressamente prohibido averbar de perfilhado ou legitimado por quem quer que seja, o individuo que figure como filho legitimo de outrem no respectivo registo de nascimento, emquanto do mesmo registo não constar, por outra menção anterior, que foi annullada a declaração d'aquelle estado de filho legitimo por força de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 171.º A obrigação de pedir os averbamentos, a que se referem os artigos anteriores, ou os registos de que elles dependem, pertence:

1.º No caso de legitimação por subseqente casamento, ao pae ou mãe;

2.º No caso de reconhecimento por escritura ou auto publico, ao legitimante ou perfilhante;

3.º No caso de reconhecimento por testamento, ao filho reconhecido, sendo maior, ou ao seu tutor, sendo menor;

4.º No caso de sentença declarando a filiação, ao autor ou ao seu tutor;

5.º Em todos os casos, ao directo interessado ou a qual quer seu parente successivel.

Art. 172.º Na mesma columna, mencionada no artigo 163.º, serão tambem lançadas as menções relativas aos demais actos da vida civil do registado, taes como:

1.º Os casamentos;

2.º As declarações de nullidade e as annullações de casamentos;

3.º Os divorcios;

4.º O obito; e

5.º Em geral, todos os actos juridicos que modifiquem o estado civil do cidadão.

Art. 173.º Para os effeitos do artigo anterior, os funcionarios do registo civil são obrigados a enviar, no prazo de dez dias, os competentes boletins, semelhantes aos mencionados no artigo 310.º, aos funcionarios que tenham em seu poder os livros do registo de onde conste o assento de nascimento do interessado.

Art. 174.º Para facilitar o conhecimento do estado juridico de cada cidadão, poderá elle, ou qualquer pessoa que nisso tenha interesse, requerer ainda que á margem do seu assento de nascimento se lancem as menções relativas á emancipação, interdição, naturalização, perda da qualidade de cidadão portuguez, e semelhantes, contanto que se apresentem as certidões comprovativas, que ficarão devidamente archivadas.

Art. 175.º As mudanças de nome proprio ou de familia só poderão ser autorizadas pelo Ministerio da Justiça, nos termos seguintes:

1.º O interessado dirigirá o seu requerimento ao Ministerio da Justiça, entregando-o ao conservador ou official do registo civil do concelho ou bairro do seu domicilio e juntando logo a certidão de idade e os documentos comprovativos dos factos allegados para base do pedido;

2.º O funcionario referido procederá ás averiguações que entender necessarias, podendo ouvir o requerente e inquirir quaesquer testemunhas, por elle indicadas ou designadas de officio, e concluindo por dar o seu parecer em relatorio, que enviará directamente, com o processo, ao Ministerio da Justiça;

3.º Se o Ministro entender que o pedido merece ser tomado em consideração, autorizará o requerente a fazer inserir, sob a forma de annuncio, no *Diario do Governo* e em dois jornaes da respectiva circunscrição, havendo-os, um resumo do pedido concluindo pelo convite a quaesquer interessados para deduzirem por escrito autentico ou autenticado perante o Ministerio da Justiça a opposição que tiverem, no prazo maximo de 30 dias;

4.º Concluido este prazo, o requerente fará juntar ao processo um exemplar do *Diario do Governo* e de cada um dos jornaes em que appareceu o annuncio, ou explicará a razão da não publicação em qualquer d'estes, e o Ministro, ouvindo o Conservador Geral, a Procuradoria Geral da Republica e o Conselho de Ministros em caso de opposição, ou dispensando qualquer formalidade no caso contrario, decidirá por portaria como lhe parecer justo, autorizando o interessado, na hypothese de deferimento, a publicá-la no *Diario do Governo* e a requerer o averbamento no respectivo registo mediante a apresentação do mesmo *Diario* ou a publica-forma da portaria, d'elle extraída.

Art. 176.º Se o assento de nascimento do interessado ainda não constar do registo civil, deverá elle solicitar a sua transcrição, nos termos d'este codigo.

CAPITULO VII

Dos registos de casamento

Art. 177.º Os assentos de casamento devem ser lançados no registo civil de harmonia com o decreto com força de lei, n.º 1, de 25 de dezembro de 1910.

Art. 178.º O funcionario do registo civil recusar-se-ha a celebrar o casamento das pessoas impedidas de o fazer pelo decreto referido no artigo anterior, ou emquanto o estiverem, nos casos em que esse impedimento pode cessar.

Art. 179.º Tambem se recusará a celebrar o casamento das pessoas que não prestarem o seu consentimento livre-

mente, incluindo as coagidas no acto da celebração, e as que se encontrarem em estado de embriaguez, ou por outro motivo privadas do exercicio das suas faculdades intellectuaes.

Art. 180.º Tratando-se de um surdo-mudo só pode considerar-se validamente prestado o seu consentimento se elle, sabendo ler e escrever, assim o exprimir por escrito em resposta á pergunta tambem feita por escrito pelo funcionario do registo civil, em papel sellado, archivando-se este documento; ou se, não sabendo escrever, o fizer por intermedio de um interprete, que sob sua honra declare perante testemunhas que traduzirá fielmente a vontade do surdo-mudo, lavrando-se de tudo um auto especial, que ficará archivado como documento.

Art. 181.º Se algum dos contrahentes não souber falar o português o funcionario do registo civil nomeará do mesmo modo um interprete nos termos da segunda parte do artigo anterior.

Art. 182.º O consentimento para o casamento dos menores ou interditos, mencionados nos artigos 5.º a 7.º do citado decreto, pode ser prestado por uma das seguintes formas:

1.º No proprio acto do casamento, verbal e directamente, ou por intermedio de procurador com poderes especiaes;

2.º Por documento autentico ou autenticado lavrado por notario ou somente por elle reconhecido autenticamente;

3.º Por documento nas mesmas condições, lavrado pelo conservador ou official do registo civil do concelho em que estiver domiciliada a pessoa que presta o consentimento, sem necessidade de reconhecimento desde que no documento se apponha o carimbo ou sello branco respectivo;

4.º Por documento com força igual, celebrado perante os agentes diplomaticos ou consulares portugueses, no estrangeiro, com formalidades analogas;

5.º Por alvará, despacho ou sentença judicial.

Art. 183.º A dispensa a que se refere o artigo 8.º do referido decreto será concedida pelo Ministerio da Justiça nos termos seguintes:

1.º Os parentes em terceiro grau da linha collateral (tio e sobrinha, ou sobrinho e tia) que pretenderem casar, dirigirão o seu requerimento ao Ministro da Justiça, entregando-o ao funcionario do registo civil escolhido para a celebração do casamento, juntando logo os documentos comprovativos do grau de parentesco e dos factos allegados como fundamento do pedido;

2.º O funcionario do registo procederá ás averiguações que entender necessarias para verificar a identidade dos requerentes e a procedencia ou improcedencia do pedido, podendo ouvi-los e inquirir testemunhas por elle indicadas, ou designadas de officio, concluindo por expor num relatório minucioso as circumstancias que podem aconselhar a concessão ou impor a recusa da dispensa, e remetendo tudo ao Ministerio da Justiça, por intermedio do respectivo conservador do registo, que lhe acrescentará o seu proprio parecer;

3.º O Ministro da Justiça, recolhendo quaesquer informações novas, e ouvindo o Conservador Geral e ainda a Procuradoria Geral da Republica e o Conselho de Ministros, se o julgar necessario, concederá ou denegará a dispensa por meio de portaria, autorizando a parte no primeiro caso a fazê-la publicar no *Diario do Governo* sem o que ella não produzirá os seus efeitos.

Art. 184.º São consideradas circumstancias attendiveis para a concessão da dispensa:

1.º A esperança fundada de que o projectado consorcio seja vantajoso aos filhos de um matrimonio anterior, proporcionando-lhe a protecção e disvelo de que ficaram privados por fallecimento de pai ou mãe;

2.º A aquisição, pelo casamento, de meios de subsistencia para os impetrantes ou para seus paes necessitados ou enfermos;

3.º A probabilidade de terminação de pleitos e discensões de familias;

4.º As razões de moralidade e decoreo domestico, remoção de escandalos e quaesquer outras causas, que razoavelmente possam considerar-se de interesse publico, ou das familias dos impetrantes.

Art. 185.º O processo de dispensa é sempre secreto e na portaria não se indicará os fundamentos, seja ou não concedida a dispensa; e a prova d'esta, obtida nos termos do artigo antecedente, será feita juntando-se um exemplar do numero do *Diario do Governo* ou uma publicação d'elle extraída.

Art. 186.º O funcionario do registo civil exigirá tambem as necessarias licenças aos militares em serviço activo e as dispensas aos demais cidadãos, que pelos respectivos regulamentos, emanados dos poderes do Estado competentes, carecerem de autorizações especiaes para celebrar validamente o casamento.

Art. 187.º O casamento será celebrado no concelho ou bairro em que qualquer dos nubentes tiver o seu domicilio, ou a sua residencia estabelecida por meio de habitação continua durante um mês, pelo menos, anteriormente á publicação a que se refere o artigo 190.º

Art. 188.º Quem pretender contrahir casamento apresentará ao competente funcionario do registo civil que tiver escolhido para celebrar o contrato, ou elaborará na presença d'elle, sem forma de requerimento, mas em papel sellado, salvo o caso de indigencia, uma declaração assinada por ambos os contrahentes, ou a seu rogo, sem necessidade de reconhecimento, na qual se especificarão:

1.º Os nomes proprios e de familia, a idade, profissão, naturalidade, domicilio e residencia de cada um dos contrahentes;

2.º Os nomes completos, profissões, naturalidades e domicilios de seus paes;

3.º A designação da pessoa ou entidade que houver prestado ou tiver de prestar o consentimento ou a dispensa para o casamento, quando necessarios;

4.º No caso de ser viuvo ou divorciado qualquer dos nubentes, tambem o nome do conjuge anterior com a indicação da data do obito ou do divorcio e do lugar onde ocorreu ou foi julgado.

Art. 189.º A declaração mencionada no artigo antecedente deve ser instruida com o certificado do domicilio ou residencia a que se refere o artigo 187.º, passado pelas entidades designadas nos artigos 49.º e 50.º, e com as certidões de idade dos contrahentes ou com os documentos que as substituirem, e bem assim com os documentos comprovativos do consentimento ou da dispensa quando necessarios, e do obito ou divorcio do conjuge anterior quando algum dos conjuges for viuvo ou divorciado. Tambem se apresentará traslado ou certidão da escriptura antenupcial, se a houver, ou se protestará pela sua apresentação até o dia da celebração do casamento.

Art. 190.º O funcionario do registo civil extrahirá da declaração especificada e dos documentos, referidos nos dois artigos anteriores, um edital, que fará affixar em lugar bem publico á porta da sua repartição, no qual anunciará a pretensão dos contrahentes e convidará as pessoas que souberem de algum dos impedimentos legais, mencionados nos artigos 4.º a 10.º do referido decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910, a virem declará-lo no prazo de dez dias, por escrito autentico ou autenticado, ou verbalmente perante o mesmo funcionario ou qualquer dos seus ajudantes ou empregados, lavrando-se neste ultimo caso um auto da occorrença com intervenção de duas testemunhas.

Art. 191.º O edital, escrito em papel sellado salvo o caso de indigencia, estará affixado durante dez dias completos, nos quaes se comprehenderão necessariamente dois domingos, prolongando-se a affixação até que passe o segundo domingo se porventura os dez dias terminarem antes d'elle.

Art. 192.º Quando a repartição escolhida para a celebração do contrato não for a do domicilio de ambos os contrahentes, o funcionario do registo civil mandará copias do edital para cada uma das repartições ou postos do registo civil dos domicilios dos contrahentes ou para os das suas naturalidades quando não puder determinar-se o domicilio.

Art. 193.º Os editaes mencionados no artigo antecedente serão affixados á porta da respectiva repartição ou posto nos mesmos termos e pelo mesmo prazo indicados nos artigos 190.º e 191.º

Art. 194.º Decorridos os prazos dos editaes o respectivo funcionario, se não for o do casamento, officiará a este no dia immediato certificando que se cumpriram as formalidades legais e não appareceu pessoa alguma a declarar qualquer impedimento, ou enviando os documentos de que constem os que tiverem apparecido, podendo elle proprio declarar qualquer impedimento se d'elle pessoalmente souber.

Art. 195.º Se algum dos logares em que haja de affixar-se edital for situado em país estrangeiro, a affixação só será necessaria se o conjuge respectivo ahi tiver residido nos ultimos doze meses e, alem d'isso, houver, na localidade ou respectiva circumscrição, um funcionario diplomatico ou consular português, o qual intervirá como official do registo civil para os efeitos dos artigos anteriores. Em caso contrario bastará a affixação no lugar do ultimo domicilio que o respectivo conjuge tenha tido no territorio da Republica.

Art. 196.º Se durante o prazo dos editaes, ou até a celebração do casamento, o funcionario para elle escolhido receber, nos termos do artigo 190.º, ou nos do artigo 194.º, a declaração de algum impedimento legal, ou este for conhecido do proprio funcionario, que nesse caso o declarará por escrito, não poderá proceder-se á celebração do casamento sem que o dito impedimento cesse ou seja julgado improcedente pelo respectivo juiz de direito.

Art. 197.º Tratando-se de viuvo, ou de divorciado, o funcionario do registo civil deve recusar-se a celebrar o casamento emquanto não decorrerem os prazos de seis meses para o varão e de um anno para a mulher, nos termos dos artigos 10.º do decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910 e 55.º do decreto de 3 de novembro do mesmo anno, salvo sempre os casos de divorcio previstos no § 1.º d'este ultimo artigo.

Art. 198.º As declarações de impedimento julgadas falsas obrigam o declarante a perdas e damnos, alem das penas em que incorre se tiver procedido dolosamente.

Art. 199.º O delegado do procurador da Republica, em cuja circumscrição estiver comprehendida a repartição do registo civil em que deve celebrar-se o casamento, pode dispensar, por causas graves, a publicação previa e o prazo a que se referem os artigos anteriores autorizando o registo provisorio do casamento.

Art. 200.º Comprehendem-se entre as causas graves, a que se refere o artigo anterior, necessariamente, o risco de morte proxima de qualquer dos nubentes, comprovado por atestado medico ou verificado pessoalmente pelo delegado, nomeadamente quando haja prole a legitimar, e a probabilidade de parto immediato, demonstrada por atestado de medico ou parteira.

Art. 201.º Nestes dois casos especiaes, o casamento poderá tambem celebrar-se validamente sem a previa dispensa de publicação e prazo, e até sem a intervenção do

funcionario do registo civil, desde que se adoptem as seguintes cautelas:

1.ª Publicação ou proclamação em voz alta, feita á porta da casa em que se encontrarem os nubentes, pelo funcionario do registo civil, se intervier, ou, na falta d'elle, por qualquer das pessoas assistentes, de que o casamento vao celebrar-se nas condições especiaes d'este artigo;

2.ª Declaração expressa e inequivoca do consentimento de cada um dos nubentes para o casamento perante, pelo menos, oito pessoas de maior idade, de qualquer sexo, que não tenham o menor interesse nos bens dos nubentes, contando-se nesse numero o funcionario do registo se estiver presente, valendo desde então o casamento, se opportunamente for ratificado nos termos do artigo 203.º, ainda que a morte sobrevenha immediatamente;

3.ª Redução a escrito, em acto continuo, sem formalidades especiaes, do acto do casamento, quer nos competentes livros, se o funcionario ali os tiver, quer em qualquer papel avulso, assinando-o os que o souberem fazer, mas mencionando-se os nomes de todos os que assistirem;

4.ª Conversão immediata, ou no prazo maximo de vinte e quatro horas, do escrito a que se refere o numero anterior num registo provisorio, se não tiver sido logo feito, ficando esse escrito archivado na repartição do registo civil, e devendo intervir no registo, no caso de conversão, quatro testemunhas, duas das quaes, pelo menos, devem ser das mencionadas no n.º 2.º

Art. 202.º Do escrito referido no artigo anterior entregará a pessoa que o redigir um breve resumo, sob a forma de boletim, a qualquer dos contrahentes, nos termos e para os efeitos do artigo 312.º; mas se já estiver presente o ministro de qualquer religião, a cerimonia religiosa poderá ter lugar, sem dependencia do boletim, logo que se comece a redigir o escrito.

Art. 203.º Os casamentos realizados nas condições dos artigos 199.º e 201.º ficam nullos de pleno direito, e não produzem efeitos alguns, se não forem ratificados, mediante autorização do delegado do Procurador da Republica, nos termos e com as formalidades legais, dentro do prazo de trinta dias, intervindo no requerimento ao delegado, nas publicações e na redacção do registo definitivo, ou os proprios nubentes, se ambos sobreviverem, ou só um d'elles, se o outro fallecer, ou ainda os herdeiros de qualquer d'elles na falta de ambos.

Art. 204.º Não apparecendo herdeiro successivel, o delegado do Procurador da Republica, dentro de novo prazo de trinta dias, promoverá a ratificação do casamento, se o Estado puder ter nisso algum interesse nos termos dos artigos 7.º e 9.º do decreto com força de lei de 31 de outubro de 1910. A autorização competirá neste caso ao juiz de direito.

Art. 205.º A autorização para a ratificação do casamento será negada quando não se tiver cumprido integralmente o disposto no artigo 199.º, ou no artigo 201.º, ou quando houver duvida fundada de falsidade ou simulação, reinstituindo-se então o requerente para os meios ordinarios.

Art. 206.º No caso de sobrevivencia dos dois conjuges, o consentimento prestado para o casamento nas condições dos artigos anteriores será equiparado ao prestado nas condições previstas no artigo 105.º

Art. 207.º Se algum dos nubentes fallecer antes da ratificação do casamento, entender-se-ha este feito, á falta de escriptura antenupcial, com absoluta separação de bens, sem prejuizo das regras legais relativas aos alimentos e apagnio do conjuge viuvo.

Art. 208.º As disposições dos artigos anteriores são applicaveis aos casamentos *in articulo mortis*, ou na immnencia de parto, celebrados em campanha, em viagem por mar, em lazaretos ou noutros estabelecimentos analogos, competindo aos individuos mencionados no artigo 34.º, n.ºs 2 e 3, ou aos chefes dos estabelecimentos, dispensar quaesquer formalidades, e podendo o casamento realizar-se sem a proclamação a que se refere o artigo 201.º, n.º 1.º O prazo para a ratificação e conversão do registo em definitivo, contar-se-ha somente desde o termo da campanha, da viagem ou da incommunicabilidade.

Art. 209.º Os contrahentes não são obrigados a apresentar as certidões dos actos, que já constam *in extenso* dos livros de registo a cargo do funcionario escolhido para a celebração do casamento, bastando que na declaração referida no artigo 188.º se mencionem os annos e logares onde esses registos devem encontrar-se, o que será verificado pelo funcionario, que lançará as respectivas notas naquella declaração.

Art. 210.º As certidões de nascimento de cada um dos contrahentes, necessarias para o casamento, devem ser de teor nos termos do artigo 296.º, e, sendo extrahidas do registo civil, ter sido passadas ha menos de tres meses emanando do continente ou das ilhas, e ha menos de seis meses provindo das colonias ou de países estrangeiros.

Art. 211.º Se não existir registo de nascimento de qualquer dos contrahentes, ou se, existindo somente o parochial, não for possivel ao interessado obter sem demora a respectiva certidão, poderá aproveitar-se da faculdade conferida pelo artigo 133.º, ou apresentar, só para os efeitos do casamento, um *certificado de notoriedade*, passado pelo juiz do direito da respectiva circumscrição com base nas declarações de sete testemunhas, de um ou outro sexo, parentes ou não parentes do interessado, do qual devem constar, alem dos nomes, proprio e de familia, profissão e domicilio d'elle e de seus paes, se forem conhecidos, o lugar e, quanto possivel, a epoca do nascimento, bem como as causas que o impedem de comprovar o acto pelos meios normaes.

Art. 212.º Não devem causar embaraço á celebração do

casamento as pequenas irregularidades nos registos, certidões ou certificados, invocados ou apresentados pelos contraheentes, taes como as relativas á differente graphia dos nomes, á eliminacão ou acrescmentamento de um ou outro nome de familia e semelhantes, quando não importem uma duvida fundada sobre a identidade da pessoa a que se referem, e esta seja especificadamente reconhecida, apesar das irregularidades, não só pelas testemunhas no proprio registo, mas tambem pelas pessoas ou entidades que houverem de prestar consentimento ou dispensa.

Art. 213.º O dia do casamento será escolhido pelos contraheentes, mas a hora será fixada pelo funcionario do registo civil de harmonia com elles.

Art. 214.º O casamento deve ser celebrado na respectiva repartição, publicamente, salvos os casos referidos nos artigos 199.º, 201.º e 208.º, e ainda aquelles em que qualquer dos conjuges se encontrar impossibilitado, ou por doença attestada pelo medico, ou por outra causa attendivel, certificada pelo respectivo regedor ou funcionario que o substituir, de comparecer pessoalmente na mesma repartição, porque nesses casos o casamento terá lugar dentro da habitação do contraheente impedido.

Art. 215.º O casamento celebrado nas condições do artigo anterior só é valido se as portas da casa onde se realizar estiverem franqueadas ao publico e se intervierem sete testemunhas.

Art. 216.º É indispensavel para o casamento a presença pessoal:

1.º Dos contraheentes, ou de seus procuradores com poderes especiaes, nos termos do artigo 25.º do decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910;

2.º Do funcionario do registo civil salvas as hypotheses dos artigos 201.º e 208.º;

3.º Das pessoas cujo consentimento é necessario na hypotheese de o não terem dado por escrito;

4.º De quatro testemunhas de maior idade, escolhidas indifferentemente entre as pessoas mencionadas no artigo 139.º, podendo tambem figurar como testemunhas os proprios paes dos contraheentes.

Art. 217.º As testemunhas, que assim o solicitarem, poderão ser tambem mencionadas como padrinhos ou paranympnos, e, figurando só como testemunhas, podem ao mesmo tempo ser procuradoras dos padrinhos ou paranympnos ausentes, nos termos dos artigos 111.º e 112.º

Art. 218.º Alem das pessoas mencionadas nos artigos anteriores, poderão assinar o assento de casamento, mas não serão mencionadas no texto d'elle, as demais de qualquer idade, que tiverem assistido a todo o acto e assim o desejarem de acordo com os interessados.

Art. 219.º No caso referido no artigo anterior appor-se-ha no duplicado mais um sello de 50 réis por cada um dos signatarios nestas condições.

Art. 220.º A celebração do acto do casamento será feita pela maneira seguinte:

1.º O funcionario do registo civil lerá a declaracão e os documentos apresentados pelos contraheentes, omitindo sempre as filiações, e bem assim os reconhecimentos ou legitimacões de filhos, podendo todavia qualquer dos contraheentes, ou a testemunha por elle no acto designada para esse effeito, ler para si os documentos e o registo, a fim de verificar que este contém exactamente as menções, cuja leitura em voz alta é prohibida;

2.º Em seguida, o funcionario lerá os artigos 1.º, 3.º, 38.º e 39.º do decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910, interpellando todas as pessoas presentes para que declarem se conhecem algum impedimento que obste ao casamento; e, em caso negativo, perguntará a cada um dos futuros esposos, primeiro á mulher, e depois ao varão, se acceta o outro por consorte;

3.º Cada um dos interpellados responderá expressa e successivamente: «É de minha livre vontade realizar o casamento com F...» (indicando o nome completo do seu futuro marido ou mulher);

4.º Ouvidas estas respostas, o funcionario do registo civil dirá em voz alta, de modo a ser ouvido por todos os presentes: «Em nome da lei e da Republica Portuguesa, declaro F... (nome completo do marido) e F... (nome completo da mulher) unidos pelo casamento».

Art. 221.º A redacção, leitura e assinatura do acto de registo devem realizar-se immediatamete após o acto solemne mencionado no artigo antecedente, observando-se o disposto nos artigos 103.º e seguintes.

Art. 222.º Nos assentos de casamento devem especificar-se as seguintes circunstancias:

1.ª A hora, dia, mês e anno do casamento;

2.ª Se é celebrado em edificio publico ou particular, designando-se este e a causa do facto;

3.ª O nome do funcionario que intervem no registo e o assina, nos termos do artigo 100.º;

4.ª Os nomes proprios e de familia, idades, profissões, naturalidades, domicilios e residencias dos dois contraheentes e dos seus procuradores, havendo-os;

5.ª Se são solteiros, viuvos ou divorciados;

6.ª Se são filhos legitimos ou illegitimos;

7.ª Os nomes completos, profissões, naturalidades e domicilios dos paes, se forem conhecidos e houverem de ser declarados;

8.ª Os nomes completos, profissões e domicilios das testemunhas, com a indicacão do seu parentesco com cada um dos nubentes, e de que são padrinhos ou paranympnos ou os representam, quando for caso d'isso;

9.ª A declaracão feita pelos contraheentes de que realizam o casamento um com o outro de sua livre vontade;

10.ª O regime de bens adoptado pelos contraheentes, com a menção do documento comprovativo, se o houver;

11.ª A leitura feita perante as partes e testemunhas das peças produzidas, das disposições de lei referidas no artigo 220.º n.º 2.º, e do proprio acto do registo, com as omissões impostas pelos artigos 103.º e 220.º n.º 1.º;

12.ª A menção das pessoas que vão assinar, especificando aquellas que o não fazem por não sabermos ou não poderem.

Art. 223.º Alem das indicações do artigo anterior, os assentos mencionarão ainda em certos casos especiaes:

1.º A declaracão do consentimento, ou da dispensa de parentesco, quando necessarios;

2.º Os nomes proprios e de familia, idades, profissões, estados, naturalidades, domicilios e residencias dos filhos legitimados pelo casamento;

3.º O nome completo, profissão e ultimo domicilio do primeiro esposo quando algum dos contraheentes já foi casado, com indicacão da data da dissolução do anterior casamento e do documento comprovativo d'ella;

4.º A licença concedida pela autoridade competente quando o conjuge é militar ou a dispensa mencionada no artigo 186.º quando necessaria;

5.º O certificado de notoriedade produzido para prova da idade, nos casos do artigo 211.º;

6.º As declaracões destinadas a confirmar a identidade das partes ou de outras pessoas referidas no registo, no caso de irregularidades pouco importantes, indicado no artigo 212.º;

7.º A dispensa de publicacão e de prazo nos termos do artigo 199.º, devendo neste caso declarar-se, no começo do registo, que elle é meramente provisorio;

8.º O escrito lavrado nos casamentos *in articulo mortis* ou em imminencia de parto, nos casos dos artigos 201.º, n.º 4.º e 208.º;

9.º A autorizacão concedida para ratificacão do casamento nos casos dos artigos 203.º e 204.º;

10.º Qualquer sentença que ordene a ratificacão, substituição ou feitura de um registo;

11.º As formalidades peculiares observadas nos casamentos de surdo-mudos, de estrangeiros, de impossibilitados de ir á repartição do registo civil, e outros, quando exigidas por este codigo.

Art. 224.º Nos assentos de casamento observar-se-ha, emquanto aos nomes dos nubentes, o disposto no artigo 144.º

Art. 225.º Logo em seguida ao registo do casamento o funcionario deve entregar ao contraheente marido o boletim a que se refere o artigo 310.º, e tomará nota do facto do casamento ao lado dos registos de nascimento dos dois conjuges, ou enviará os competentes boletins para a repartição ou repartições respectivas, cabendo a quem fizer estes lançamentos o encargo de mandar ao devido conservador as copias necessarias para serem exaradas as menções nos livros duplicados.

Art. 226.º No caso de existirem filhos dos contraheentes, anteriores ao casamento, ficarão legitimados e, portanto, legitimos para todos os effeitos, independentemente de qualquer outra formalidade, se já estiverem perfilhados ou reconhecidos anteriormente ao casamento, ou se forem mencionados por qualquer forma no acto da celebração d'este e não houver duvida sobre a sua identidade.

Art. 227.º Pode ser legitimado pelo matrimonio dos paes o filho nascido na estancia de outro matrimonio da mãe, ou dentro dos trezentos dias posteriores á separação ou dissolução, e impugnado pelo anterior marido ou seus herdeiros, nos termos dos artigos 7.º a 12.º do decreto n.º 2 de 25 de dezembro de 1910.

Art. 228.º Os filhos referidos nos dois artigos antecedentes podem tambem ser legitimados por meio de reconhecimento posterior ao casamento, ou por força de sentença judicial passada em julgado, retrotrahindo nesse caso os effeitos da legitimacão á data do matrimonio.

Art. 229.º A legitimacão por matrimonio, ou como consequencia d'elle, pode ter lugar mesmo em favor dos filhos já mortos que deixaram descendentes, e nesse caso aproveita a estes, quer sejam legitimos, quer sejam perfilhados, devendo mencionar-se a legitimacão nos seus respectivos assentos de nascimento.

Art. 230.º A legitimacão, que for feita posteriormente ao casamento, ou que d'elle resultou por já estarem os filhos perfilhados ou reconhecidos anteriormente, deve ser mencionada á margem do registo de casamento por meio de averbamento, analogamente ao disposto no artigo 166.º, se não constar do proprio registo.

Art. 231.º A sentença autorizando o divorcio definitivo será averbada de officio, pelo funcionario competente, á margem do respectivo assento de casamento, remettedo-lhe para esse fim o tribunal respectivo, ou apresentando-lhe qualquer interessado, no prazo de dois meses, a certidão da sentença com transitio em julgado.

Art. 232.º Se este averbamento não for pedido no prazo maximo de dois meses, a contar do dia em que passar em julgado a sentença de divorcio, nem por isso este deixará de produzir todos os seus effeitos, mas os responsaveis ficarão sujeitos á pena de multa de 20\$000 réis, sem prejuizo das perdas e damnos a que derem causa.

Art. 233.º Se o assento do casamento não constar do registo civil poderá qualquer interessado fazê-lo transcrever, á vista de certidão extrahida da existente no processo, no registo civil do ultimo domicilio dos conjuges divorciados ou de qualquer d'elles, para ahi ser averbada, nos termos do artigo anterior, a sentença autorizando o divorcio.

Art. 234.º Os averbamentos, sós, ou precedidos das transcrições a que se referem os dois artigos antecedentes, devem ser feitos no prazo maximo de cinco dias, a contar da entrega dos documentos necessarios, não comprehendendo nesse prazo os domingos e dias feriados, sob

pena de multa de 20\$000 réis, alem das respectivas perdas e damnos.

Art. 235.º A declaracão de nullidade, ou a annullacão do casamento, proferida nos termos dos artigos 65.º e 67.º a 69.º do decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910, só produzirá os seus effeitos depois de averbada no registo civil, declarando-se nesse averbamento a sua data, o juizo em que foi proferida e o cartorio por onde correu o processo.

Art. 236.º Para os effeitos do disposto no artigo anterior, se o casamento não constar do registo civil, será nelle transcrito nos mesmos termos do artigo 233.º, e o averbamento, só, ou precedido da transcrição, será feito no mesmo prazo e sob as mesmas penas do artigo 234.º, procedendo-se anteriormente de forma semelhante á que determinam os artigos 231.º e 232.º

Art. 237.º O funcionario do registo civil que der causa a que um casamento deixe de effectuar-se, quando não haja para isso motivo legal, responderá só por perdas e damnos estando em boa fé, incorrerá tambem na multa de 20\$000 réis provando-se que houve da sua parte negligencia, e será ainda condemnado na pena de prisão correctioal de tres a seis meses, se tiver procedido com dolo.

Art. 238.º O funcionario do registo que der causa, por sua accão ou omissão, a que se celebre um casamento nullo de pleno direito entre as pessoas mencionadas no artigo 4.º do decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910, incorre em perdas e damnos e na pena estabelecida pelo artigo 136.º, § 2.º do Codigo Penal, se, pelo facto da co-autoria ou cumplicidade, lhe não couber pena mais grave.

Art. 239.º Para todos os effeitos legais, incluindo os do disposto na ultima parte do artigo anterior, os artigos 337.º e 338.º do Codigo Penal applicar-se-hão, nos mesmos termos, alem da bigamia nelles prevista, aos casamentos immoraes e criminosos, previstos nos n.ºs 1.º, 2.º e 5.º do citado artigo 4.º do decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910, cabendo a pena do referido artigo 136.º, § 2.º, do Codigo Penal, aos contraheentes dos casamentos illicitos, previstos nos n.ºs 3.º e 4.º, 2.ª parte, do dito artigo 4.º

Art. 240.º Se o casamento não for nullo de pleno direito, mas somente annullavel por ter sido celebrado entre as pessoas impedidas pelos artigos 5.º a 7.º do referido decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910, a pena corporal ao funcionario será igual á quarta parte da estabelecida no mencionado artigo 136.º, § 2.º do Codigo Penal.

Art. 241.º Se o casamento não for nullo nem annullavel, mas for celebrado contra as prohibições e com as penalidades dos artigos 8.º a 10.º, 17.º a 21.º e 54.º a 56.º do referido decreto, a pena do funcionario, alem das perdas e damnos, será somente a de multa de 10\$000 réis a 100\$000 réis.

Art. 242.º Os registos dos casamentos de portugueses celebrados no estrangeiro perante autoridades estrangeiras nos termos do artigo 58.º do referido decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910, serão transcritos em Portugal, á vista dos documentos legalmente necessarios, quando não contrariarem os principios do direito publico portuguez, dentro de tres meses depois de celebrados, ou dentro de trinta dias contados do regresso de ambos, ou pelo menos, de um dos conjuges ao país, sob pena de não produzirem effeitos alguns em Portugal. Para os casamentos perante autoridades portuguesas observar-se-ha o disposto no artigo 60.º do referido decreto e nos artigos 35.º, 38.º, n.º 3.º e 39.º do presente Codigo.

Art. 243.º O divorcio de dois portugueses ou de portuguezes e estrangeiro, proferido por tribunaes estrangeiros, só pode ser averbado nos livros de registo da Republica Portuguesa, depois de ter sido revista e confirmada a respectiva sentença nos termos dos artigos 1087.º a 1091.º do Codigo de Processo Civil.

Art. 244.º Do mesmo modo se procederá em relação ás sentenças de nullidade e annullacão de casamentos, em que um dos interessados ou ambos sejam portuguezes, quando proferidas por tribunaes estrangeiros.

Art. 245.º Os casamentos celebrados em Portugal entre estrangeiros pertencentes a qualquer dos paizes para os quaes já entrou ou vier a entrar em vigor a Convenção Internacional da Haya, de 12 de junho de 1902, destinada a regular os conflictos de leis em materia de casamento, poderão ser celebrados perante o funcionario do registo civil, contanto que os nubentes justifiquem que se encontram de harmonia com as leis nacionaes de cada um d'elles quanto á capacidade para o acto, quer mediante certificados dos agentes diplomaticos ou consulares das suas nacionalidades, quer mediante justificacão avulsa perante o juiz de direito da respectiva circumscrição. Se só um dos nubentes for estrangeiro, a justificacão será necessaria em relação a elle.

CAPITULO VIII

Dos registos de obito

Art. 246.º Nenhum cadaver poderá ser sepultado sem que primeiro se tenha lavrado o competente assento de obito no respectivo livro de registo.

Art. 247.º Logo que alguma pessoa fallecer, immediatamente ou num prazo de tempo nunca excedente a vinte e quatro horas, o seu parente mais proximo, ou, na falta ou ausencia de parentes, os seus familiares, ou em ultimo caso e na falta d'estes, os seus vizinhos, farão declaracão do fallecimento ao funcionario do registo civil da repartição em cuja area tiver occorrido o obito ou estiver o cadaver.

Art. 248.º O cumprimento d'esta obrigação por parte de qualquer das pessoas a quem ella incumba desouera todas as demais, desde que a declaração seja exacta e apresentada no prazo devido; em caso contrario, a responsabilidade pela falta é successiva nos termos do artigo anterior.

Art. 249.º A declaração poderá ser feita verbalmente pela propria pessoa obrigada a fazê-la, ou por outrem de seu mando verbal ou escrito, ou por documento assinado e datado pelo declarante, e será corroborada com um certificado de obito, assinado por facultativo legalmente habilitado, na conformidade dos modelos sanitarios, e, quando absolutamente não possa fazer-se esta intervenção profissional, por um attestado do regedor, ou do funcionario que o vier a substituir, afirmando que verificou pessoalmente o obito, podendo o funcionario do registo civil, neste ultimo caso, ou quando faltarem o certificado e o attestado, transportar-se ao logar onde o cadaver se encontra para se informar da morte e dos mais esclarecimentos necessarios ao registo.

Art. 250.º A declaração comprehenderá todos os elementos que sejam necessarios para se lavrar o registo de obito, de que o declarante tenha conhecimento, cumprindo ao funcionario do registo civil verificar, pelos proprios actos do registo em seu poder, ou por informações obtidas de qualquer forma, todos os demais elementos precisos.

Art. 251.º Os documentos e escritos mencionados nos dois artigos anteriores serão passados em papel commum e sem sello, e dispensados de reconhecimento; e os certificados de obito devem ser exarados, sempre que for possível, em impressos para isso destinados, dos quaes devem munir-se todos os facultativos que exerçam clinica.

Art. 252.º No registo de obito deve declarar-se:

- 1.º A hora, dia, mês, anno e logar, em que é lavrado;
- 2.º O nome do funcionario que intervem no registo e o assina, nos termos do artigo 100.º;
- 3.º Os nomes completos, estados, profissões e domicilios do declarante ou declarantes, ou seus mandatarios, e ainda de duas testemunhas que assistam á declaração ou tenham conhecimento do obito, quando o declarante não compareça pessoalmente, ou, comparecendo, não saiba ou não possa escrever;
- 4.º A causa da morte, sendo conhecida;
- 5.º O logar, anno, mês, dia e hora do fallecimento;
- 6.º O nome completo, estado de solteiro, casado, viuvo ou divorciado, idade, profissão, naturalidade e ultimo domicilio do fallecido.
- 7.º A sua qualidade de filho legitimo ou illegitimo;
- 8.º Os nomes completos, profissões, naturalidades e domicilios dos paes do finado, que forem vivos, e só os nomes e os logares e datas das mortes dos que já tenham fallecido;
- 9.º O nome completo, idade aproximada, profissão, naturalidade e domicilio do outro conjuge, se o fallecido era casado, viuvo ou divorciado, indicando-se nestes dois ultimos casos a data da viuvez ou da sentença do divorcio.
- 10.º Se o fallecido teve descendentes, os nomes completos, idades, estados, naturalidades, domicilios e residencias dos que forem vivos, e só os nomes e logares e datas das mortes dos que anteriormente houverem fallecido;
- 11.º Se o fallecido tiver feito testamento, a repartição onde deve encontrar-se, ou o nome da pessoa que o tem em seu poder;
- 12.º O cemiterio onde vae ser sepultado.

Art. 253.º As indicações referidas no artigo anterior só são rigorosamente obrigatorias na medida do necessario para a identificação do fallecido, devendo mencionar-se sob a forma de averbamentos as que, não podendo recolher se no momento do registo, mais tarde chegarem por qualquer forma ao conhecimento do funcionario respectivo, inclusive a numeração da sepultura, se a houver e algum dos interessados a communicar.

Art. 254.º Os registos de obito serão validos, excepcionalmente, sem necessidade de mais testemunhas, ainda que nenhuma das pessoas declarantes ou das testemunhas saiba ou possa escrever o seu nome, quando ao funcionario do registo for impossivel encontrar rapidamente quem possa assiná-lo, alem d'elle.

Art. 255.º Lavrado o assento do registo, o funcionario passará immediatamente o boletim de obito a que se refere o artigo 310.º, o qual servirá de guia de enterramento para todos os effectos, devendo, porem, ser subscripta igualmente pelo regedor, ou pelo funcionario que o substituir, para poder proceder-se á inhumação, salvo o caso de ausencia ou recusa indevida d'este funcionario, porque então bastará a assinatura do funcionario do registo civil.

Art. 256.º O enterramento não pode, em circumstancia alguma, ter logar fora dos cemiterios publicos, para isso destinados.

Art. 257.º No cemiterio de cada povoação podem ser inhumados, sem distincção alguma de terreno, salvo o adquirido para sepulturas particulares, todos os individuos fallecidos dentro da respectiva circumscrição, qualquer que seja a sua naturalidade ou domicilio, ou os fallecidos fora d'aquella circumscrição quando ali estejam domiciliados ou d'ella sejam naturaes, ou tenham no cemiterio direito a sepultura privativa ou de familia, comprehendendo-se nesta a de terceira pessoa que assim disponha d'ella.

Art. 258.º As corporações e autoridades competentes farão retirar dos cemiterios, dentro do prazo de um mês, a contar da entrada do presente código em vigor, todos os muros, vallados, sebes ou outras divisões que tenham por fim separar os mortos por motivos de religião, e ordenarão desde já aos seus empregados que façam indistinctamente as inhumações em todos os talhões dos cemite-

rios, de sorte que fiquem nos mesmos logares e contiguos uns aos outros os cadaveres enterrados com ou sem cerimoniaes religiosas.

Art. 259.º O funcionario do registo civil observará e fará observar os regulamentos sanitarios e administrativos acêrca do prazo de tempo do enterramento e condições do mesmo, tanto em circumstancias normaes como nos casos de doença contagiosa, epidemica ou suspeita, de morte que importe autopsia, de pedido para ser embalsamado o cadaver, de transporte d'elle para outra circumscrição, e analogos.

Art. 260.º Havendo sinaes ou indícios de morte criminosa ou violenta, ou suspeitas por outro motivo, ou ignorando-se a causa da morte, o cadaver não poderá ser inhumado sem que precedam as competentes formalidades judiciaes, que o funcionario do registo civil immediatamente solicitará, sendo preciso.

Art. 261.º O funcionario do registo communicará ao competente curador dos orfãos a declaração de morte de uma pessoa, que tenha deixado descendentes ou outros herdeiros sujeitos á jurisdicção orfanologica, enviando-lhe a certidão a que se refere o artigo 296.º até o dia 10 do mês immediato, sob pena de multa de 10\$000 a 50\$000 réis.

Art. 262.º Em caso de obito de um estrangeiro o funcionario, no prazo de cinco dias, mandará um boletim ao conservador respectivo, que em igual prazo o fará chegar á Conservatoria Geral no Ministerio da Justiça, de onde seguirá, pelos tramites diplomaticos, para a legação competente.

Art. 263.º Á margem do registo de obito será averbada a trasladação do cadaver para outro cemiterio, ou a sua incineração, ou qualquer outra circumstancia que importe mudança da situação definida no registo.

Art. 264.º É permittida a cremação dos cadaveres, mas nenhum aparelho crematorio poderá começar a funcionar sem autorização do governador civil, concedida depois de consultado o conselho superior de hygiene.

Art. 265.º A incineração só pode ser feita nos cemiterios providos de aparelho crematorio e mediante autorização do conservador ou official do registo civil mais proximo, que a concederá se lhe forem apresentados os seguintes documentos:

- 1.º Requerimento do parente de maior idade mais chegado, preferindo a viuva aos descendentes, estes aos ascendentes e, na falta de todos, o transversal mais proximo, ou ainda qualquer entidade estranha, quando exista declaração escrita do fallecido;
- 2.º Certidão do medico que tratou ou observou o fallecido, demonstrativa de que a morte foi o resultado de uma causa natural;
- 3.º Verificação da causa da morte por um delegado ou sub-delegado de saude, que também informará sobre qualquer inconveniente que julgue haver na incineração;
- 4.º Em caso de provir o cadaver de outra circumscrição, documento comprovativo da autorização para o transporte ou trasladação.

Art. 266.º Tendo a morte sido subita, a incineração só poderá ser autorizada passados dois annos da data da inhumação, e, em caso de morte violenta, só depois de autopsia, de cujas conclusões não haja recurso, e com parecer favoravel do respectivo delegado do Procurador da Republica.

Art. 267.º A incineração será feita sob a vigilancia do funcionario para isso designado pela corporação publica, proprietaria ou administradora do cemiterio, e as cinzas serão depositadas numa urna, em local a isso destinado constituindo sepultura particular ou de familia, ou em deposito geral estabelecido pela mesma corporação.

Art. 268.º A urna e as cinzas funerarias não podem ser retiradas nem deslocadas sem autorização especial do funcionario do registo civil, ouvida a corporação proprietaria ou administradora competente.

Art. 269.º Os funeraes ou honras funebres não poderão ter caracter publico differente, pelo facto de serem civis ou religiosos, considerando-se como não escritas quaesquer declarações que o fallecido tenha deixado em contrario.

Art. 270.º Dentro dos cemiterios e dos templos, os funeraes serão livremente regulados nas suas solemnidades externas pela vontade do fallecido, ou, na falta de declaração escrita d'elle, de harmonia com as ideias que elle tenha manifestado, e subsidiariamente pela sua familia, especialmente quanto ao caracter civil ou religioso das honras funebres.

Art. 271.º Em caso de duvida sobre o caracter que devem ter os funeraes dentro do cemiterio, decidirá a autoridade administrativa competente.

Art. 272.º Quando fallecer alguma pessoa nos hospitaes civis ou militares, nas cadeias, nos hospicios ou nos lazaretos, ou noutros estabelecimentos analogos do Estado, ou pelo Estado autorizados, os directores ou administradores farão abrir assento de obito com todas as declarações exigidas neste decreto, que lhes for possível obter, em livros que ahi devem existir para esse effecto; e no prazo de vinte e quatro horas depois de lavrado o assento, remettersão copia autentica d'elle ao funcionario do registo civil do logar onde estiver situado o dito estabelecimento, para que seja lançado no respectivo registo, archivando-se a copia com o competente numero de ordem.

Art. 273.º O prazo referido no artigo anterior começará a contar-se desde que cesse a incommunicabilidade do estabelecimento com o publico, quando existir.

Art. 274.º O director ou administrador do estabelecimento será competente para assinar o boletim do obito necessario para o enterramento, desde que o medico do

mesmo estabelecimento, tendo passado o competente certificado de obito, assigne também o boletim.

Art. 275.º Em todos os casos de morte violenta, ou occorrida nas prisões ou casas de reclusão e detenção, é prohibido fazer no registo de obito qualquer referencia a essas circumstancias.

Art. 276.º Se apparecer o cadaver de alguém, cuja identidade não seja possível reconhecer, o assento de obito será lavrado na repartição competente, declarando-se nelle, alem das indicações referidas nos n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 12.º do artigo 252.º:

- 1.º O logar, anno, mês, dia e hora em que foi achado o cadaver;
- 2.º O estado d'elle;
- 3.º O seu sexo, e idade que representa;
- 4.º O vestuario que tinha, os papeis e outros objectos encontrados nelle ou junto d'elle, e quaesquer outras circumstancias ou indícios que possam concorrer para se descobrir a sua identidade.

Art. 277.º Sempre que seja possível, o funcionario do registo civil, no caso do artigo anterior, archivará como documentos, com o respectivo numero de ordem, as photographias do cadaver, que puder obter, ou apparecerem nos jornaes, requisitando-as officialmente d'estes ou de quaesquer autoridades que as tenham mandado tirar.

Art. 278.º Dado que se reconheça mais tarde a identidade do morto, completar-se-ha o registo, escrevendo-se á margem d'elle os esclarecimentos de novo obtidos.

Art. 279.º Occorrendo em viagem por mar algum fallecimento, proceder-se-ha nos termos dos artigos 153.º a 157.º em tudo aquillo a que forem applicaveis.

Art. 280.º Verificando-se o fallecimento durante uma viagem por terra, o assento de obito será lavrado, ou pelo funcionario do registo do logar onde o fallecimento occorreu ou o cadaver for encontrado, ou pelo do logar onde o cadaver tenha de ser sepultado.

Art. 281.º Em caso de morte de uma ou mais pessoas num incendio, descarrilamento, desmoronamento, ou em consequencia de explosão, inundação, terramoto, naufragio, desastre, guerra, epidemia intensa, e calamidades analogas, o funcionario do registo civil do logar lavrará um assento do obito para cada uma das victimas cujos corpos tiverem sido encontrados com forma humana, e de modo que possam individualizar-se, applicando-se as regras relativas aos registos de obitos de conhecidos e desconhecidos conforme os casos.

Art. 282.º Se o cadaver ou cadaveres não forem encontrados, ou tiverem sido destruidos pela calamidade, ou só apparecerem restos insusceptiveis de se individualizar, ou se for impossivel chegar até o ponto onde elles ficaram esmagados ou sepultados, o competente delegado do procurador da Republica promoverá uma justificação judicial perante o tribunal respectivo, contendo todas as indicações que for possível recolher acêrca dos desaparecidos, e, depois de julgada por sentença, remettê-la-ha ao conservador ou official do registo civil para abrir um assento de obito individual ou colectivo, em que transcreverá o resultado da justificação e todas as informações complementares que puder por si recolher, mencionando em averbamentos aquellas que posteriormente chegarem ao seu conhecimento.

Art. 283.º Deve sempre ser registado no livro dos obitos o feto nascido sem vida, mas de organismo por tal forma diferenciado, que se torne reconhecivel para qualquer pessoa como figura humana, incorrendo na pena de multa de 10\$000 réis a 100\$000 réis, accumulavel com a de prisão correccional até tres meses em caso de reincidencia, todo aquelle que enterrar ou mandar enterrar occultamente qualquer feto nas condições d'este artigo, sem dar parte ao competente funcionario do registo civil.

CAPITULO IX

Dos registos de reconhecimento e legitimação

Art. 284.º No livro dos reconocimentos e legitimações serão lançados os assentos de todos os actos d'esta natureza, que não constem de sentença passada em julgado, nem do texto dos registos de nascimento ou de casamento, a saber:

- 1.º Os reconocimentos ou perfilhações de filhos, directamente realizados no registo civil, por um ou ambos os paes, antes ou depois do nascimento dos filhos, ou mesmo depois da sua morte, se estes tiverem descendentes que aproveitem com a perfilhação;
 - 2.º As legitimações de filhos havidos antes do casamento, feitas directamente no registo civil pelas pessoas que o realizaram e não fizeram a legitimação no respectivo acto;
 - 3.º As perfilhações e as legitimações, realizadas nos mesmos termos, em escritura, em testamento ou em auto publico que não seja assento de nascimento dos filhos nem de casamento dos paes.
- Art. 285.º Nos casos dos n.ºs 1.º e 2.º do artigo anterior, o registo deve conter:
- 1.º A hora, dia, mês, anno e logar em que é feito e o funcionario que intervem, nos termos do artigo 100.º;
 - 2.º O nome completo, idade, estado, profissão, naturalidade, domicilio e residencia do perfilhante ou perfilhantes;
 - 3.º O nome completo, estado, profissão e domicilio de cada uma das duas testemunhas que devem intervir;
 - 4.º A declaração expressa do reconhecimento ou legitimação livremente feita pelo declarante ou declarantes.
 - 5.º Os nomes proprios e de familia, sexo, data do nascimento e numero e logar do respectivo registo, estado, naturalidade, domicilio e residencia do legitimado ou per-

filhado, se já for nascido, ou as indicações necessárias para ser identificado, quando estiver ainda em embrião;

6.º O consentimento do filho para a perflhação, quando preciso, prestado verbalmente, ou por escrito em documento autentico ou autenticado, que ficará archivado.

Art. 286.º As indicações referidas no artigo anterior podem ser acrescentadas com outras, que contribuam para a identificação do legitimado ou perflhado, e a falta de alguma d'ellas não obsta a que o acto se realize e produza os seus effectos, se não houver duvidas sobre as pessoas a quem se refere.

Art. 287.º Na hypothese especial de reconhecimento de um filho, que haja sido exposto ou abandonado, o declarante deve indicar todos os sinais particulares que elle tinha e quaesquer outras circunstancias proprias para a determinação da identidade do perflhado ou legitimado.

Art. 288.º Se a perflhação tiver por objecto uma criança concebida, mas ainda não nascida, e a mãe estiver tambem presente para a perflhação de commum acordo, ou autorizar, por documento autentico ou autenticado, a revelação do seu nome na perflhação só pelo pae, indicar-se-hão no registo, alem das demais circunstancias, o nome completo, idade, profissão, estado, naturalidade, domicilio e residencia da mulher grávida e a época provavel da concepção.

Art. 289.º Na perflhação do embrião declarar-se-ha sempre que ella não valerá, nem sequer como principio de prova, se o perflhado não nascer com vida e figura humana dentro dos cento e oitenta dias posteriores á data da perflhação.

Art. 290.º A perflhação nos termos do artigo 23.º § 1.º do decreto n.º 2 de 25 de dezembro de 1910, será tambem lançada no livro de reconhecimentos e legitimações, como dispõe o artigo 169.º, mas conservar-se-ha secreta emquanto durar a inhabilidade do perflhante e não se verificar alguma das hypotheses do artigo 32.º do mesmo decreto.

Art. 291.º No caso do n.º 3.º do artigo 284.º, se a perflhação foi feita por testamento, declarar-se-ha o lugar onde o testamento está registado ou se encontra; e se a perflhação ou legitimação foi feita por escritura ou auto publico, declarar-se-ha o cartorio do notario ou do tribunal ou a repartição publica onde se lavrou; e, em qualquer d'essas hypotheses, extrahir-se-hão para o registo as indicações que contiver, exigidas no artigo 285.º, não sendo neste caso necessaria outra assinatura alem da do funcionario do registo civil, e da do perflhante ou legitimante, se quizer intervir, bem como a do perflhado, se prestar no acto o seu consentimento para a perflhação, quando necessario.

Art. 292.º A perflhação, ou a legitimação, directamente feita nos livros do registo, ou exarada em escritura ou auto publico e nelles lançada, pode sempre abranger no mesmo acto um ou mais perflhados ou legitimados, desde que sejam irmãos em relação ao declarante ou declarantes que intervenham no acto.

Art. 293.º Os assentos referidos nos artigos anteriores serão averbados de officio ou a pedido dos perflhantes ou legitimantes, independentemente de despacho do juiz, nos registos de nascimento dos perflhados ou legitimados, ou dos descendentes d'estes se as legitimações e perflhações forem posteriores á sua morte, nos prazos seguintes:

1.º No mesmo dia, se os registos a averbar estiverem em poder do funcionario que lavrou o registo de perflhação ou legitimação, ou logo que se exarem esses registos, se ainda o não estiverem;

2.º No prazo maximo de sessenta dias, se os registos a averbar se encontrarem em poder de outro funcionario do continente da Republica ou ilhas adjacentes, ou dentro da mesma colonia;

3.º No prazo de seis meses, se os averbamentos houverem de fazer-se numa colonia em relação a um acto celebrado no continente ou noutra colonia, e vice-versa.

Art. 294.º O reconhecimento pode ter lugar durante uma viagem maritima, e nesse caso proceder-se-ha nos termos applicaveis dos artigos 153.º a 157.º

CAPITULO X

Das certidões e boletins, e das estatísticas

Art. 295.º Os registos do estado civil não são publicos, mas o seu conteúdo pode ser conhecido, no todo ou em parte, por meio de copias literaes (certidões de teor), ou por meio de extractos (certidões de narrativa), ou ainda por meio de boletins.

Art. 296.º Na copia literal deve transcrever-se todo o registo e os seus averbamentos ou notas marginaes, com excepção das que disserem respeito á perflhação por pessoa inhibida em virtude de casamento anterior não dissolvido, nos termos do § 1.º do artigo 23.º do decreto com força de lei, n.º 2, de 25 de dezembro de 1910, as quaes só poderão ser transcritas quando se houver verificado, e assim constar de novo averbamento ao registo, qualquer das hypotheses do artigo 32.º do mesmo diploma.

Art. 297.º As copias literaes dos registos serão passadas independentemente de requerimento ou de despacho, ou a pedido da propria pessoa a quem o registo diz respeito, ou do seu representante legal se ella for menor ou interdita, ou dos seus ascendentes ou descendentes, ou, finalmente, do Ministerio Publico.

Art. 298.º Qualquer outra pessoa, que deseje obter uma copia literal, deve pedir a autorização necessaria para que lhe seja passada ao respectivo delegado do procurador da Republica, quer directamente em papel branco, quer pelo correio em carta registada, especificando os motivos por

que lhe é necessaria a certidão de teor, e juntando quaesquer documentos comprovativos.

Art. 299.º O delegado dará a sua autorização em papel branco, entregando-a ou remetendo-a por officio ao interessado e devolvendo-lhe os documentos depois de os rubricar.

Art. 300.º Em caso de recusa do delegado, o pedido pode ser repetido, mas em papel sellado, ao respectivo juiz de direito, juntando-se-lhe a decisão do delegado e todos os documentos susceptiveis de convencer da necessidade e legitimidade de uma resolução diversa. Da deliberação do juiz não ha recurso algum, e este processo é gratuito e sem sello quando for procedente o pedido, pagando o requerente, em caso contrario, os emolumentos e salarios constantes da tabella annexa a este decreto.

Art. 301.º Os extractos ou certidões de narrativa mencionarão somente, sem outros esclarecimentos, o anno, mês, dia, hora e lugar do acto registado, e os nomes, domicilios e profissões das partes e de seus paes e mães, taes como resultam dos actos do registo ou das modificações nelles introduzidas pelas menções existentes á margem, com a restricção mencionada no artigo 296.º

Art. 302.º Nestes extractos não se declarará nunca se o filho é legitimo, illegitimo, perflhado ou não perflhavel, mas somente que «consta» do registo (incluindo nesta palavra qualquer averbamento) o nome ou nomes de um ou de ambos os paes, ommittindo-se qualquer referencia á falta de designação de um ou de outro, ou de ambos.

Art. 303.º Os extractos serão passados e entregues a qualquer pessoa, que os tenha pedido, verbalmente ou por escrito, pessoalmente ou pelo correio, ao competente funcionario do registo civil, e farão prova plena do acto em si.

Art. 304.º As certidões dos actos de registo civil só podem ser extrahidas, em regra, dos livros originaes, sendo competentes para as passar os funcionarios do registo civil que no momento do pedido tiverem os livros em seu poder.

Art. 305.º Todavia, os conservadores do registo deverão passar certidões dos duplicados em seu poder quando tenham desaparecido ou hajam sido destruidos os livros originaes ou parte d'elles, e assim conste de certidão negativa do respectivo funcionario, ou quando falte nos originaes, mas se encontre nos duplicados, o acto a certificar; e poderão sempre attestar, ao lado das certidões emanadas dos livros originaes, que consta ou não o mesmo dos livros duplicados, especificando qualquer differença que porventura encontrarem.

Art. 306.º As copias ou extractos serão passados no prazo maximo de vinte e quatro horas, ou no de quarenta e oito sendo pedidos pelo correio, não se contando para estes prazos os domingos e dias feriados.

Art. 307.º Os funcionarios do registo civil passarão no mesmo prazo certidões gratuitas e em papel branco a todas as pessoas que, sendo partes principaes no respectivo acto, mostrarem, por informação das entidades designadas nos artigos 49.º e 50.º, encontrar-se em estado de indigencia e precisar das mesmas certidões.

Art. 308.º Tambem fornecerão no mesmo prazo copias ou extractos gratuitos, e em papel branco:

1.º As pessoas que estiverem em juizo com o beneficio da assistencia judiciaria, e as precisarem para juntar ao processo;

2.º As autoridades judiciaes ou do Ministerio Publico que as reclamarem para as necessidades da administração da justiça;

3.º A qualquer funcionario que as solicitar a bem do serviço publico e estiver autorizado a fazê-lo pelo respectivo regimento;

4.º As pessoas que d'ellas possam precisar para qualquer fim de assistencia ou beneficencia, incluindo a obtenção de pensões militares ou civis ou os soccorros do Estado ou das administrações locaes, e os serviços relativos aos accidentes de trabalho;

5.º As pessoas que precisarem d'ellas para o alistamento no exercito ou na armada como voluntarios, e em geral para quaesquer fins de utilidade militar;

6.º Aos funcionarios estrangeiros para a troca internacional dos registos ou das estatísticas do estado civil;

7.º A todas as demais entidades autorizadas por leis ou regulamentos especiaes.

Art. 309.º Nos casos previstos nos dois artigos antecedentes o funcionario indicará nas certidões o seu destino especial, a fim de que não possam ser aproveitadas para qualquer outro, e os notarios reconhecerão-lhas gratuitamente e sem sello.

Art. 310.º Alem das certidões de teor e narrativa, os funcionarios do registo civil, salvo o caso do artigo 48.º, passarão gratuitamente em papel branco e sem sello, e entregarão aos interessados, a titulo de simples esclarecimento, boletins de nascimentos, casamentos e obitos, logo depois de realizados estes actos; e tambem os passarão ulteriormente, todas as vezes que lhes forem pedidos, mediante o respectivo emolumento e em papel sellado, salvo o caso de indigencia.

Art. 311.º Estes boletins poderão ser passados por qualquer empregado, mas serão sempre assinados pelo funcionario do registo civil e conterão unicamente as indicações dos extractos mencionadas nos artigos 301.º e 302.º, podendo nelles empregar-se algarismos.

Art. 312.º Os boletins indicados nos artigos anteriores ou as certidões dos respectivos registos, são essencialmente necessarios, salvos os casos dos artigos 202.º e 317.º, para que se possa celebrar qualquer cerimonia ou sacramento religioso, em que intervenha como parte principal um cidadão português, nacional ou naturalizado, ou ainda um português naturalizado estrangeiro, e, especialmente,

os de nascimentos e casamentos, para se celebrar qualquer baptismo ou matrimonio religioso, e os de obito, para se poder realizar o enterramento e qualquer solemnidade religiosa que porventura o acompanhe.

Art. 313.º Cada um dos individuos, que realizarem ou cooperarem conscientemente na realização de um acto de baptismo, matrimonio ou enterro religioso, em que seja parte principal um cidadão português, nacional ou nacionalizado, ou ainda um português naturalizado estrangeiro, sem que seja apresentada a certidão ou boletim comprovativo de se haver effectuado previamente o competente registo civil de nascimento, casamento ou obito, incorrerá na perda de todas as vantagens materiaes, que estiver recebendo ou puder vir a receber do Estado, e alem d'isso na multa de 10\$000 réis a 100\$000 réis, que será applicada em processo criminal e revertida para a obra de assistencia publica designada no artigo 350.º

Art. 314.º Em caso de reincidencia, a multa poderá elevar-se ao dobro e com ella se accumulará a pena de demissão de quaesquer funções publicas do Estado.

Art. 315.º Se, alem da falta do boletim, se provar que o registo civil não tinha sido realmente celebrado antes da cerimonia, sacramento ou solemnidade religiosa, acrescerá para o celebrante do acto religioso e para os interessados responsáveis a pena corporal do artigo 136.º, § 2.º do Código Penal logo pela primeira infracção. O celebrante poderá conservar em seu poder a certidão ou boletim para sua salvaguarda.

Art. 316.º As disposições dos artigos anteriores entendem-se sem prejuizo da apprehensão dos livros do registo parochial, que ainda estiverem em poder do sacerdote delinquente, e que, dada a hypothese do artigo 313.º, serão definitivamente retirados do seu poder e terão o destino referido na segunda parte do artigo 8.º

Art. 317.º Não será considerado como cerimonia, solemnidade ou sacramento religioso, para os effectos dos artigos anteriores, o acto especial, canonicamente considerado como «baptizado em caso de necessidade», desde que nelle não intervenha o ministro da religião ou seu delegado ou representante, ficando, portanto, esse acto independente da apresentação previa do boletim ou certidão, mas não valendo para effecto algum civil.

Art. 318.º Os funcionarios do registo civil são obrigados a passar certidões dos documentos que serviram de base aos registos civis e estiverem em seu poder, desde que as solicitem as pessoas designadas nos artigos 297.º a 300.º; mas essas certidões, salvo pelo que respeita ás procurações designadas no artigo 110.º, serão sempre exaradas em documento separado do da certidão relativa ao registo, e sobre requerimento escripto do interessado ou de quem legalmente o representar.

Art. 319.º Os officiaes do registo civil remetterão, dentro do primeiro mês seguinte a cada trimestre, aos respectivos conservadores do registo civil, mappas estatísticos trimestraes extrahidos dos livros de registo conforme os modelos que forem organizados de harmonia com este decreto.

Art. 320.º Feita a estatística relativa ao seu districto ou secção de districto, cada conservador remetterá o boletim respectivo, no mês immediato, ao conservador geral do registo civil no Ministerio da Justiça, para quem serão remittidos igualmente os mappas organizados pelos funcionarios indicados no artigo 34.º

Art. 321.º Os funcionarios do registo civil organizarão do mesmo modo mappas trimestraes dos emolumentos cobrados, do rendimento do sello, da contribuição industrial e da percentagem para o Estado, separadamente para cada especie de registo ou acto, com individualização dos que beneficiaram da gratuidade do registo por motivo de indigencia.

Art. 322.º Independentemente das estatísticas a que se referem os artigos anteriores, os funcionarios do registo civil contribuirão tambem para a estatística do movimento da população da Republica Portuguesa, preenchendo no acto da inscrição do registo civil o boletim estatístico pessoal na conformidade dos respectivos modelos, que fazem parte d'este diploma.

Art. 323.º O conservador ou official emassará separadamente os boletins estatísticos dos nascimentos, nascidos-mortos, casamentos, divorcios, reconhecimentos e legitimações, obitos, transcrições ou rectificações, registados em cada mês, e enviá-los-ha com a nota numerica do conteúdo de cada massa, depois de reunidos no seu concelho ou bairro, ao conservador respectivo, para este os mandar á competente Direcção Geral do Ministerio do Interior.

Art. 324.º Quando a criança tenha morrido antes de se ter registado o seu nascimento, far-se-hão dois boletins correspondentes aos dois registos mencionados no artigo 151.º, um do seu nascimento, e outro do seu obito, qualquer que fosse o tempo que a criança vivesse.

Art. 325.º No caso de ter morrido a criança antes ou durante o parto, deve considerar-se nascido-morto ou não-morto e a sua inscrição far-se-ha somente no boletim especial dos nascidos-mortos, extrahido do respectivo assento de obito nos termos dos artigos 152.º e 233.º

Art. 326.º Nos casos dos dois artigos antecedentes, se não houver medico na circumscripção, o obito e as condições em que se produziu serão verificados pelo regedor ou funcionario que o vier a substituir, ou pelas testemunhas, ou ainda pelo funcionario do registo civil.

Art. 327.º Os boletins necessarios para o serviço da estatística relativa ao movimento da população serão gratuitamente fornecidos aos funcionarios do registo civil pelas instancias officiaes competentes, por intermedio da Conservatoria Geral.

CAPITULO XI

Da inspecção dos serviços do registo civil e dos recursos

Art. 328.º A inspecção ordinaria e permanente das repartições do registo civil está a cargo dos procuradores da Republica, seus delegados e sub-delegados, os quaes exercerão as attribuições, que por esse motivo lhes competem, directamente por si proprios, ou por intermedio dos demais funcionarios e empregados seus subordinados.

Art. 329.º Os procuradores da Republica visitarão as conservatorias e postos das cidades de Lisboa e Porto, e os delegados as conservatorias, repartições e postos do resto do continente e ilhas, quando o entenderem conveniente, ou lhes for superiormente ordenado, e, obrigatoriamente, uma vez em cada semestre, de preferencia nos meses de abril e outubro, devendo exigir que lhes sejam mostrados todos os livros, papeis, impressos e documentos.

Art. 330.º Os magistrados inspectores verificarão especialmente:

1.º Se os registos estão feitos com regularidade e precisão nos dois exemplares;

2.º Se se produziram todos os documentos legais e se esses documentos e os proprios registos satisfazem ás exigencias do sello;

3.º Em geral, se se observaram as regras estabelecidas pelas leis e regulamentos em relação a todos os serviços principaes e accessorios do registo civil.

Art. 331.º Os inspectores consignarão em relatório a data da visita, o numero de assentos existentes e verificados em cada livro corrente de registo e seu duplicado, bem como quaesquer defeitos que encontrarem, tendo particularmente em attenção as rasuras e outras alterações que não estejam ressalvadas em forma legal, e apontando as observações que houverem feito para se remediar e evitarem de futuro, sendo, porem, licito aos inspectores protestar, respeitosa e contra as observações, e devendo, neste caso, constar esse protesto tambem do contexto do relatório ou ser appellido a elle.

Art. 332.º A margem dos livros examinados e na altura do ultimo registo, o inspector escreverá a palavra *Visto*, com a sua rubrica e data.

Art. 333.º Os relatórios serão enviados á Conservatoria Geral d'estes serviços, para o effeito de se anotar o zelo e competencia de cada funcionario, e se prover de remedio ás necessidades reconhecidas pelos visitantes.

Art. 334.º Qualquer pessoa que tenha noticia de uma falta, abuso ou fraude, commettida numa repartição do registo civil, poderá participá-la ao respectivo delegado do procurador da Republica, que, na hypothese de a denuncia merecer consideração, tomará as providencias que julgar opportunas para averiguar a verdade dos factos e promover as necessarias sanções.

Art. 335.º O Ministro da Justiça poderá sempre nomear um ou mais inspectores ou syndicantes extraordinarios para visitarem uma ou mais repartições do registo civil, dando noticia d'essas nomeações ao competente procurador da Republica.

Art. 336.º Quando um funcionario do registo civil recusar fazer algum registo, e a parte entender que não ha motivo para isso, poderá interpor recurso da sua decisão para o respectivo juiz de direito, se esse funcionario for o conservador geral, um conservador ou um official, ou se qualquer d'estes confirmar a deliberação do seu ajudante.

Art. 337.º A parte pode exigir que as razões da recusa sejam formuladas por escrito e que a confirmação d'ella, quando exista, tambem seja reduzida a escrito, mas declarando logo que pretende levar recurso, e tendo nesse caso o funcionario vinte e quatro horas para entregar a sua declaração de recusa.

Art. 338.º O recurso será interposto por meio de uma petição, sem dependencia de artigos, em que a parte ou o seu procurador exponha a improcedencia da recusa, juntando-lhe todos os documentos e a declaração do funcionario.

Art. 339.º O processo, logo depois de distribuido na classe 2.ª da distribuição especial, irá com vista ao Ministerio Publico para responder no prazo de vinte e quatro horas, findas as quaes, com resposta ou sem ella, será cobrado o processo e irá logo concluso para decisão final, que será proferida em igual prazo.

Art. 340.º Da sentença do juiz poderá a parte ou o Ministerio Publico recorrer por agravo sem effeito suspensivo; e do accordão que decidir o agravo não haverá recurso algum.

Art. 341.º Decidido definitivamente o recurso, serão entregues á parte, sem ficar traslado, os documentos que tiver ajuntado, cumprindo-se immediatamente aquella decisão definitiva.

CAPITULO XII

Disposições geraes, penas e transitorias

Art. 342.º Os funcionarios do registo civil poderão ir a qualquer localidade ou freguesia em que não haja repartição ou posto, mas comprehendida na area em que tenham jurisdicção, realizar, na casa das sessões da junta de parochia ou noutro edificio publico, os registos civis de um ou mais cidadãos, a pedido d'estes e sem prejuizo do serviço, percebendo então o emolumento do caminho, que será rateado por todos os beneficiados, salvo se algum d'elles solicitar que os registos sejam feitos em sua casa, porque, nesse caso, só a elle incumbirá pagar o caminho.

Art. 343.º Os funcionarios do registo civil podem responder-se entre si e com o Ministerio Publico, em assuntos de serviço, por via telegraphica ou postal, sem pagamento de qualquer taxa.

Art. 344.º A Conservatoria Geral do registo civil preparará os regulamentos especiaes para que o systema da cedula pessoal, com base no registo civil, possa estabele-

cer-se em todo o territorio da Republica no mais curto prazo de tempo possivel.

Art. 345.º Os funcionarios do registo civil, que por qualquer modo transgredirem as regras estabelecidas neste codigo, incorrerão, quando outra pena não esteja especialmente determinada, pela primeira vez na multa de 10\$000 réis, pela segunda na multa de 20\$000 réis, pela terceira na de 50\$000 a 100\$000 réis, sempre sem prejuizo da responsabilidade civil de perdas e danos em que incorram para com as partes interessadas, e da responsabilidade criminal quando haja logar a ella.

Art. 346.º Os funcionarios e os particulares que, sendo obrigados a averbar de officio ou a promover que se averbem á margem dos assentos de nascimento as perfilhações e legitimaciones, o não fizerem nos termos e nos prazos estabelecidos neste decreto, incorrerão na multa de 20\$000 réis pela primeira vez e no dobro no caso de reincidencia.

Art. 347.º Em todos os demais casos previstos neste codigo, os funcionarios, que não forem do registo civil, e as pessoas particulares, que transgredirem as suas disposições por acção ou omissão, incorrerão nas penas especiaes comminadas nos diversos logares, ou, á falta de comminação especial, nas multas de 5\$000 réis pela primeira vez, de 10\$000 réis pela segunda e 20\$000 réis por cada uma das outras, podendo essas multas ser pagas, no prazo de cinco dias depois de avisados, por meio de guia assinada pelo funcionario do registo civil mais proximo tratando-se de particulares, ou pelo hierarchico superior tratando-se de empregados publicos, sob pena de ser enviado para juizo o respectivo auto.

Art. 348.º As multas variaveis, estabelecidas por este codigo e pelos de 25 de dezembro de 1910, poderão tambem ser pagas voluntariamente nos termos do artigo anterior, desde que não esteja ordenado especificadamente o contrario e o infractor satisfaça metade do seu maximo pela primeira vez, e o maximo por cada uma das outras, sob a mesma comminação do referido artigo.

Art. 349.º Não sendo as multas pagas voluntariamente, serão impostas no processo criminal competente, a requerimento do Ministerio Publico.

Art. 350.º Qualquer excedente da receita designada no artigo 51.º e bem assim o producto das multas que se arrecadarem pelas transgressões d'este codigo, e que não tenham o destino especial nelle designado, reverterão, no excedente á participação que cabe aos denunciantes e aos funcionarios que levantarem os competentes autos, a beneficio da obra de protecção e assistencia aos menores, actualmente a cargo do Ministerio da Justiça, e a que se refere o decreto com força de lei de 1 de janeiro de 1911. De todas as multas pagas com este destino organizarão os escriptores de fazenda, até o dia 15 do mês immediato a cada trimestre, os competentes mappas, que enviarão á Conservatoria Geral.

Art. 351.º A participação mencionada no artigo anterior será de metade da multa, que se subdividirá pelo funcionario e pelo denunciante, ou caberá só a um d'elles, consoante intervierem utilmente ambos, ou um só, até o momento do pagamento da mesma multa.

Art. 352.º Independentemente das penas estabelecidas neste codigo, no Codigo Penal, nas leis avulsas e na parte disciplinar applicavel do regulamento do registo predial, os funcionarios do registo civil poderão ser punidos disciplinarmente em casos graves, sem precedencia de formalidades especiaes, e substituidos de um momento para o outro, a fim de não haver prejuizo irreparavel para terceiros.

Art. 353.º As pessoas que, em consequencia da legislação anteriormente vigente acêrca do casamento, filiação, extensão do direito de perfilhar, e registo dos actos de estado civil, tiverem incorrido em qualquer responsabilidade criminal, que á face da legislação actual não teriam de assumir para cumprirem os seus deveres de familia ou de paternidade ou maternidade, serão isentas d'essa responsabilidade desde que regularizem a situação á face das leis novas até o dia 31 de dezembro proximo futuro, salvos sempre os direitos de terceiro, se já os houver adquirido, ou se houver damno irreparavel. Para este effeito, se houver processo criminal, poderá, para defesa, extrair-se e juntar-se aos autos certidão comprovativa de uma perfilhação de character secreto, nos termos do artigo 290.º

Art. 354.º O presente codigo entra em vigor no continente da Republica e ilhas adjacentes no 1.º de abril proximo futuro, applicando-se no entretanto, desde já, no registo civil das administrações dos concelhos ou bairros todas as regras novas d'este decreto sobre a feitura dos registos, que com elle não forem incompativeis, incluindo a tabella dos emolumentos, e entrando por isso desde já em vigor as leis de familia, publicadas no *Diario do Governo* de 27 de dezembro de 1910 e approvadas pelos decretos n.ºs 1 e 2 de 25 do dito mês e anno, conforme dispõem, respectivamente, os seus artigos 63.º e 53.º

Art. 355.º O conservador geral entrará immediatamente em funcções, ficando-lhe subordinados os actuaes officiaes do registo civil, que no dia 1 de abril proximo entregarão os seus livros aos competentes conservadores ou officiaes criados por este codigo.

Art. 356.º Todos os registos de nascimento, casamento e obito, de legitimação e perfilhação, e respectivos averbamentos, lavrados nos livros do registo parochial do continente e ilhas, desde o dia 1.º de janeiro de 1911, inclusive, até o dia da publicação do presente codigo no *Diario do Governo*, tambem inclusive, poderão ser transcritos gratuitamente e sem sellos nos livros do registo civil do Estado, desde já, ou a partir do 1.º de abril proximo, conforme for mais commodo aos cidadãos, mediante pedido

verbal, ou escrito em papel commum, de qualquer interessado e apresentação de certidão do registo anterior.

Art. 357.º Os registos da mesma natureza, que se effectuarem desde a publicação do presente codigo no *Diario do Governo* até o dia 31 de março proximo futuro, serão tambem insertos, mas mediante o pagamento de metade dos competentes emolumentos e sellos, nos livros do registo civil, a partir do 1.º de abril até 30 de junho em face de pedido formulado nas condições do artigo anterior.

Art. 358.º Os registos referidos no artigo anterior só poderão produzir effeitos, a partir do 1.º de julho em diante, se forem revalidados pela transcrição no registo civil, mediante o pagamento do dobro dos emolumentos e sellos.

Art. 359.º Os registos anteriores ao 1.º de janeiro de 1911, e constantes dos livros do registo parochial, poderão ser insertos nos livros do registo civil, a pedido dos interessados, até 31 de dezembro futuro, mediante o pagamento de um terço dos emolumentos e do sello devidos pelos respectivos actos, desde que digam respeito a pessoas vivas ao tempo da inserção, e mediante o pagamento de dois terços se disserem respeito a pessoas já fallecidas. Passado este prazo, a transcrição dos referidos registos poderá sempre ser feita, mas mediante o pagamento integral dos emolumentos e sellos.

Art. 360.º Todos os cidadãos portugueses que até 31 de março de 1911 ainda não tiverem o seu nascimento inscrito em qualquer registo, ou não puderem encontrar os livros de onde devia constar esse registo, são autorizados, qualquer que seja a sua idade, a inscrever-se no registo civil sem pagamento de qualquer multa ou pena, desde que provem cumpridamente o logar e a epocha do seu nascimento pelo processo do artigo 211.º, devendo harmonizar-se o assento com qualquer sentença passada em julgado, que porventura exista acêrca do acto a registrar. Se o interessado for menor de quatorze annos, requererá por elle o seu representante; e se tiver mais de quatorze e menos de vinte e um annos, poderá requerer elle ou o representante.

Art. 361.º O presente codigo entrará em vigor nas colonias nas datas que forem especialmente designadas para cada provincia em diploma ou diplomas especiaes, que o adaptarão ás necessidades e usos peculiares de cada uma d'ellas, mas de tal modo que o registo civil esteja obrigatoriamente em vigor, com exclusão de qualquer outro, em todo o territorio da Republica Portuguesa, e com a maior uniformidade possivel, no 1.º de janeiro de 1912.

Art. 362.º Para todos os effeitos previstos neste codigo, ter-se-ha como dia da sua promulgação o dia em que elle começar a ter vigor, nos termos dos artigos antecedentes.

Art. 363.º Todas as duvidas que se suscitarem na interpretação e execução d'este codigo, poderão ser resolvidas por circulares do Ministro da Justiça, sobre consulta do Procurador Geral da Republica.

Art. 364.º O presente decreto com força de lei será sujeito á apreciação da proxima Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 365.º Fica revogada toda a legislação em contrario, e especialmente os artigos 1075.º a 1082.º e 2441.º a 2491.º do Codigo Civil, e os regulamentos approvados por decretos de 2 de abril de 1862 e 28 de novembro e 26 de dezembro de 1878.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 18 de fevereiro de 1911. — Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Anvaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

Mappa a que se refere o artigo 23.º do presente codigo

Conservadores dos bairros	Concelhos que forniam as secções
Lisboa	
1.º bairro . . .	Loures, Villa Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Azambuja, Alemquer e Cadaval.
2.º bairro . . .	Alcochete, Aldeia Gallega do Ribatejo, Moita do Ribatejo, Alcaacer do Sal, Grandola e S. Tiago do Cacem.
3.º bairro . . .	Almada, Seixal, Barreiro, Cezimbra e Setubal.
4.º bairro . . .	Oeiras, Cascaes, Cintra, Mafra, Torres Vedras e Lourinhã.
Porto	
1.º bairro . . .	Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Parodes e Penafiel.
2.º bairro . . .	Gondomar, Maia, Matozinhos, Povoas de Varzim, Santo Tirso, Vallongo, Villa do Conde e Villa Nova de Gaia.

Paços do Governo da Republica, em 18 de fevereiro de 1911. — O Ministro da Justiça, Affonso Costa.

Tabella provisoria dos emolumentos a cobrar pelos actos de registo civil e outros mencionados no presente codigo

Artigo 1.º O Conservador Geral do Registo Civil receberá de emolumentos :

1.º Pela inscrição ou transcrição de qualquer acto de casamento, celebrado no estrangeiro, casamento <i>in articulo mortis</i> contrahido a bordo de navio português e casamento contrahido em campanha, e ainda sentenças de tribunaes portuguezes ou estrangeiros devidamente revistas e confirmadas em que se declare a nullidade ou annullação de casamentos, inscritos ou transcritos nos registos da Conservatoria Geral, ou se decreta o divorcio dos mesmos casamentos ...	1\$200
2.º Pela inscrição ou transcrição de qualquer outro acto de registo civil da sua competencia.....	\$600
3.º Pelo registo de perfilhação de um ou mais filhos.....	\$900
4.º Pelo registo de legitimação de um ou mais filhos.....	1\$200
5.º Por qualquer averbamento ao respectivo registo, fundado em sentença.....	\$600
6.º Por qualquer outro averbamento.....	\$200
7.º Por cada cancelamento effectuado nos termos do artigo 39.º do codigo, ou em execução de sentença passada em julgado.....	\$200
8.º Por qualquer menção facultativa, nos termos do artigo 174.º.....	\$300
9.º Por cada certidão de teor ou narrativa, extrahida dos livros originaes, ou dos duplicados, incluindo os averbamentos.....	\$480
Contendo qualquer procuração, mais.....	\$300
10.º Por cada certidão de documentos, a raza, contando-se cada lauda de vinte cinco linhas, com trinta letras em cada linha, por.....	\$200
11.º Pela busca em livros e papeis findos ou archivados, por cada anno.....	\$100
Não apparecendo o acto ou documento procurado, por cada anno que a parte indicar para se fazer busca.....	\$100
A busca só é devida quando não appareça o acto procurado no anno que a parte indicar, e só será contada pelos annos que a parte for successivamente indicando; e em caso algum se pagará busca de mais de dez annos.	

Art. 2.º Os conservadores, officiaes e ajudantes do registo civil vencerão de emolumentos :

1.º Por cada inscrição ou transcrição de um registo de nascimento.....	\$400
2.º Pela perfilhação num assento ou registo de nascimento.....	\$100
3.º Pela inscrição ou transcrição de qualquer acto de casamento.....	\$800
4.º Pelo registo de sentença em que se declare a nullidade ou annullação de casamento ou se decreta o divorcio e competentes averbamentos.....	\$900
Quando o duplicado não existir em poder do funcionario que tiver de praticar este acto, receberá por elle admente dois terços do emolumento supra, e remetterá o restante terço, com o boletim, ao possuidor do duplicado para neste ser feito o respectivo averbamento.	
5.º Pela inscrição ou transcrição de qualquer registo de obito.....	\$300
6.º Por cada averbamento.....	\$100
Não estando o duplicado em poder do funcionario será este emolumento dividido por aquelle e pelo que tiver o duplicado, onde o averbamento tambem deve ser feito.	
7.º Por cada assinatura a mais nos assentos de nascimento e casamento, alem das essenciaes.....	\$050
8.º Pela menção das testemunhas como padrinhos ou paronymphos em registos de nascimento e casamento.....	\$100
9.º Pela inscrição tardia de um registo de nascimento, autorizada pelo poder judicial, comprehendendo o registo.....	\$800
10.º Pela legitimação de um ou mais filhos no livro competente.....	\$600
11.º Pela declaração de legitimação de um ou mais filhos no assento de casamento.....	\$200
12.º Pela perfilhação de um ou mais filhos, no livro competente.....	\$500
13.º Pela inscrição de qualquer instrumento que importe perfilhação ou legitimação de um ou mais filhos.....	\$400
14.º Por cada averbamento relativo a legitimação ou perfilhação.....	\$100
15.º Pela conversão em definitivo de um assento de casamento provisório.....	\$400
16.º Por cada cancelamento.....	\$100
17.º Por cada menção facultativa, nos termos do artigo 174.º do codigo.....	\$200
18.º Por cada edital para casamento.....	\$100
19.º Pela affixação de um edital e certidão de affixação passada na declaração.....	\$150
20.º Pela affixação de edital, officio e certificado a que se referem os artigos 193.º e 194.º.....	\$200
21.º Pela autorização escrita para casamento de menores concedida pelos paes ou só por um d'elles, quando lavrada pelo funcionario do registo civil.....	\$200
22.º Pela menção de autorização verbal dada no acto do casamento.....	\$100
23.º Pelo auto de declaração de impedimento para casamento, nos termos da parte final do artigo 190.º do codigo, o qual ficará a cargo dos nubentes quando precedente e do declarante no caso contrario, alem do sello do papel.....	1\$000
24.º Pelo boletim a que se refere a 2.ª parte do artigo 310.º.....	\$200
25.º Pela certidão de obito enviada ao curador dos orphaes, nos termos do artigo 261.º, escrita em papel sem sello e que será contada no respectivo inventario a final.....	\$500
26.º Pela certidão narrativa de qualquer registo de nascimento, casamento ou obito.....	\$240
Se for transcrita qualquer procuração, mais.....	\$160
O mesmo se levará por qualquer certidão extrahida dos livros originaes ou duplicados do antigo registo parochial, seja quem for que a passe.	
27.º Pela autorização para incineração, nos termos do artigo 265.º.....	2\$500
28.º Por cada certidão de teor, alem da raza.....	\$100
29.º Pela certidão de qualquer documento, só a raza. A raza conta-se por cada lauda de vinte e cinco linhas e cada linha de trinta letras.....	\$100
30.º Pela conferencia de uma certidão com o registo constants do livro duplicado, nos termos do artigo 305.º do codigo.....	\$500

31.º Busca, por cada anno que a parte indicar.....	\$050
Não apparecendo o acto procurado, por cada anno Não se poderá fazer busca em annos differentes d'aquelles que a parte for indicando, e só por esses se levará emolumentos; e em todo o caso nunca haverá logar a emolumentos na busca do anno que estiver correndo; nem se cobrará busca por mais de dez annos.	\$025
32.º Pelo caminho, por cada kilometro de ida e volta.....	\$200
Alem de 15 kilometros nada mais.	
O caminho só é devido quando o acto se praticar a distancia superior a 2 kilometros da sede da repartição, contando-se, neste caso, o caminho desde a mesma sede, e nunca se vencerá mais de um caminho em cada dia para cada localidade, seja qual for o numero de actos praticados.	
33.º Por qualquer acto de registo civil, praticado fora da competente repartição, a pedido das partes, alem dos emolumentos já designados, o caminho quando devido, seja qual for o numero de actos que praticarem para os mesmos ou differentes interessados....	2\$000

Art. 3.º Não serão devidos emolumentos nem sellos nos registos de nascimento de expostos, de obitos de desconhecidos, collectivos e semelhantes, nem na justificação do artigo 282.º

Art. 4.º O delegado do procurador da Republica vencerá o emolumento fixo de 1\$000 réis por cada dispensa de publicação e prazo, nos termos do artigo 199.º

Art. 5.º Nos processos para mudança de nome, nos termos do artigo 175.º do Codigo, e nos de dispensa de parentesco, regulados no artigo 183.º, o interessado, salvo o caso de indigencia, pagará, seja ou não attendido, alem dos sellos e despesas de publicação e documentos, a quantia fixa de 9\$000 réis, na primeira especie, e de 24\$000 réis na segunda, a qual será distribuida pelo conservador ou official que preparar o processo e pela Conservatoria Geral, nas seguintes proporções:

$\frac{1}{3}$ para o conservador ou official;
 $\frac{2}{3}$ para a Conservatoria Geral.

Art. 6.º Em todos os actos judiciaes em que intervierem os juizes de direito mencionados no codigo do registo civil, e que nelle não tenham ainda emolumentos fixados, ou que o mesmo codigo não mande fazer gratuitamente, se cobrará por todo o processado em juizo na primeira instancia, alem dos sellos do processo, o emolumento fixo e unico de 5\$000 réis, que será dividido na seguinte proporção:

$\frac{7}{20}$ para o juiz;
 $\frac{6}{20}$ para o delegado do procurador da Republica;
 $\frac{4}{20}$ para o escrivão;
 $\frac{1}{20}$ para o contador;
 $\frac{2}{20}$ para o official.

Art. 7.º Este emolumento fixo será o unico devido, ainda quando se mande seguir em primeira instancia um processo especial rapido, igual ou analogo a qualquer dos já regulados nas leis de processo civil; mas, havendo recurso, os actos d'este serão regulados pela tabella judicial, que tambem será applicavel em todos os casos de acção ordinaria, mesmo em primeira instancia, e nos de processo criminal.

Art. 8.º Nos processos judiciaes necessarios ao registo civil, nos termos do Codigo, não se fará preparo em mão do escrivão, mas somente deposito em mão do contador para caução ás custas e sellos provaveis, atuando-se e seguindo-se todos os termos até final em papel branco. Em caso de procedencia do pedido da parte, o deposito será integralmente restituído, sem custas nem outro qualquer dispendio. No caso contrario, a parte pagará afinal, alem das custas, os sellos do processo, que para isso serão devidamente liquidados.

Art. 9.º Os emolumentos fixados na presente tabella para os differentes actos do registo comprehendem tambem os duplicados; e por isso, tratando-se de averbamentos não especificados, quando os duplicados não estiverem em poder do funcionario que tiver de os fazer, este sómente receberá metade do respectivo emolumento, e enviará a outra metade ao funcionario que tiver de fazer o averbamento no duplicado.

Art. 10.º Os emolumentos d'esta tabella não serão devidos quando o funcionario, que a elles teria direito, não cumprir as obrigações respectivas dentro do prazo marcado ou, á falta de prazo, dentro de cinco dias, salvo o caso de força maior; mas o Estado não perderá as imposições a que tem direito, as quaes, no caso previsto neste artigo, serão logo satisfeitas pelo funcionario negligente.

Art. 11.º Só o Conservador Geral do registo civil poderá resolver qualquer duvida que se levante na interpretação e applicação da presente tabella provisoria.

Paços do Governo da Republica, em 18 de fevereiro de 1911. — O Ministro da Justiça, *Afonso Costa*.

MODELOS

I

Modelo de registo de nascimento de um filho legítimo

(Margem de 8 centimetros)	(Largura do texto 18 centimetros)
N.º 6	As oito horas e meia da manhã do dia primeiro de abril de mil novecentos e onze, nesta Repartição de Registo Civil do terceiro bairro de Lisboa, sita na Calçada da Graça numero cincoenta e cinco, perante mim Ernesto Carneiro Franco, conservador do mesmo registo, compareceu Antonio Ramalho, de vinte e cinco annos, empregado commercial, natural da Freguesia da Sé, bairro oriental do Porto, residente e domiciliado na Rua Nova da Palma, numero dez, segundo andar, direito, da freguesia do Socorro, d'esta cidade, e declarou: — que á uma hora da noite de vinte
Freitas Ribeiro (Alberto)	
Nenhum documento	

scis de março do corrente anno, nasceu em sua casa um individuo do sexo masculino, cujo sexo me foi affirmado pelas testemunhas abaixo mencionadas, filho legitimo d'elle declarante e de sua esposa Laura de Freitas Ramalho, de vinte quatro annos de idade, domestica, natural da freguesia de Santa Marinha, do concelho de Ceia, e cujo casamento teve logar na igreja parochial da Sé Nova de Coimbra, em quatro de junho de mil novecentos; — neto paterno de Joaquim Ramalho, natural da freguesia de Santa Clara, e de Berta Ramalho, natural da freguesia de Santo Antonio de Olivares, ambos da cidade de Coimbra e já fallecidos e cujo ultimo domicilio foi nesta cidade de Lisboa, Rua de Thomás Ribeiro; e materno de Eduardo de Freitas, natural da freguesia de S. Martinho de Aldoar, e de Joaquina de Sousa Freitas, natural de Lordello do Ouro, ambos da cidade do Porto e ali domiciliados na Rua da Villarinha. E como o declarante não quis indicar nome proprio para o registando e apenas os nomes de familia Freitas Ribeiro, foi pelas testemunhas declarado que se devia chamar Alberto. Foram a tudo testemunhas presentes, que declararam querer ser padrinhos, Augusto Pinto, casado, negociante, morador na Rua do Souto, e Sofia Iglesias, solteira, maior, professora, moradora na Rua Nova do Carmo, ambos d'esta cidade, que vão assinar com o declarante e commigo, depois de lido e conferido perante todos. A importancia dos emolumentos d'este e do duplicado é de quinhentos réis, sendo cem réis devidos pela menção das testemunhas como padrinhos. Vão collados no duplicado os sellos devidos.

*Antonio Ramalho.
 Augusto Pinto.
 Sofia Iglesias.
 Ernesto Carneiro Franco.*

II

Modelo de registo de nascimento de um exposto

(Margem de 8 centimetros)	(Largura de 18 centimetros)
N.º 6	As oito horas e meia da manhã do dia primeiro de abril de mil novecentos e onze, nesta Repartição de Registo Civil do terceiro bairro de Lisboa, sita na Calçada da Graça, numero cincoenta e cinco, d'esta cidade, perante mim Ernesto Carneiro Franco, conservador do mesmo registo, compareceu Antonio Ramalho, casado, empregado commercial, domiciliado na Rua Nova da Palma, numero dez, segundo andar, direito, e declarou: que á uma hora da noite de vinte e seis de março do corrente anno, no portão da casa numero quinhentos da Rua Augusta, encontrou uma criança que apparentava ter apenas dois dias de idade, do sexo masculino, que me apresentou neste acto. A criança tinha sobre ella um papel com os seguintes dizeres: "Desejo que se chame Manuel e estava vestido com uma camisa de pano branco, novo, na cabeça uma touca de malha e envolvida em uma larga baeta, tambem branca, marcada com a inicial M. Dei-lhe o nome e sobrenome de Manuel Moreno.
Perfilhado por José da Silva em ... de ... de 1915 (escritura publica lançada sob n.º 3 no registo, nesta data). Lisboa, 20 de março de 1915. Franco.	Foram a tudo testemunhas presentes, que declararam querer ser padrinhos, Augusto Pinto, casado, negociante, morador na Rua do Souto, e Sofia Iglesias, solteira, maior, professora, moradora na Rua Nova do Carmo, ambos d'esta cidade, que vão assinar com o declarante e commigo, depois de lido e conferido perante todos. Não ha emolumentos nem sellos a pagar.

*Antonio Ramalho.
 Augusto Pinto.
 Sofia Iglesias.
 Ernesto Carneiro Franco.*

III

Modelo de registo de nascimento de uma criança no mar

(Margem de 8 centimetros)	(Largura do texto 18 centimetros)
N.º 6	As oito horas e meia da manhã do dia primeiro de abril de mil novecentos e onze, a bordo do paquete <i>Malange</i> , eu, abaixo assinado, Manuel de Sousa, commandante do mesmo paquete, lavrei o nascimento de um individuo do sexo masculino, cujo sexo me foi affirmado pelas testemunhas abaixo mencionadas, nascido hontem ás tres horas da tarde, a vinte e dois graus de latitude sul e trinta e tres de longitude a oeste do meridiano de Greenwich. — filho legitimo de Antonio Ramalho, de vinte e cinco annos, empregado commercial, natural da freguesia da Sé, bairro oriental, neste acto presente, e de Laura de Freitas Ramalho, de vinte e quatro annos de idade, domestica, natural da freguesia de Santa Marinha, concelho de Ceia, e cujo casamento teve logar na igreja parochial da Sé Nova de Coimbra, em quatro de junho de mil novecentos; — neto paterno de Joaquim Ramalho, natural da freguesia de Santa Clara, e de Berta Ramalho, natural da freguesia de Santo Antonio de Olivares, ambos da cidade de Coimbra, e já fallecidos, e cujo ultimo domicilio foi nesta cidade de Lisboa, Rua de Thomás Ribeiro; e materno de Eduardo de Freitas, natural da freguesia de S. Martinho de Aldoar, e de Joaquina de Sousa Freitas, natural de Lordello do Ouro, ambos da cidade do Porto, e ali domiciliados na Rua da Villarinha. E como o declarante não quis indicar nome proprio para o registando, e apenas os nomes de familia Freitas Ribeiro, foi pelas testemunhas declarado que se devia chamar Alberto. Foram a tudo testemunhas presentes, que declararam ser padrinhos, Augusto Pinto, casado, negociante, e Sofia Iglesias, solteira, maior, professora, ambos passageiros d'este paquete, que vão assinar com o pai do registado e commigo, depois de lido e conferido perante todos.
Freitas Ribeiro (Alberto)	

*Antonio Ramalho.
 Augusto Pinto.
 Sofia Iglesias.
 Manuel de Sousa.*

IV

Modelo de um registro de casamento

(Margem de 8 centímetros)

(Largura do texto 18 centímetros)

N.º 5

Cunha Leite (Bernardo)

Magalhães (Noemia)

Escritura do casamento

(Maço n.º 1)

Por sentença de 25 de julho de 1920 proferida no juízo da 6.ª vara de Lisboa, cartorio do 3.º officio, foi decretado o divórcio definitivo.

(Maço n.º 5)

Lisboa, 26 de agosto de 1920.

Franco.

As duas horas da tarde do dia primeiro de maio de mil novecentos e onze, nesta Repartição do Registo Civil do terceiro bairro de Lisboa, na Calçada da Graça, numero cincoenta e cinco, perante mim Ernesto Carneiro Franco, conservador do registo civil, compareceram: — Bernardo da Cunha Leite, de vinte e cinco annos, proprietario, natural da freguesia de Santo Ildefonso, bairro oriental do Porto, residente na Rua Augusta, numero quatorze, e ali domiciliado, no estado de solteiro, filho legitimo de Antonio da Fonseca Leite, proprietario, natural da freguesia de São Cosme de Gondomar, e domiciliado na freguesia de Fanzeres, do mesmo concelho, e de Olivia Leite, domestica, natural da cidade do Rio de Janeiro, já fallecida; — e Noemia de Magalhães, de vinte e sete annos, solteira, modista, natural da freguesia de Negrellos, concelho de Sauto Tirso, residente no Hotel Borges, ao Chiado, filha illegitima de pae incognito e de Maria de Magalhães, modista, natural da dita freguesia de Negrellos, residente no Hotel Borges, e domiciliada com sua filha na Rua do Almada, da cidade do Porto. Ambos os contraentes affirmaram perante as testemunhas Antonio da Fonseca Leite, pae do noivo, e Maria Pinto, solteira, maior, domiciliada no Terreiro do Paço, ambos de Lisboa, que declararam querer figurar como padrinhos, e José Teixeira, capitulista, e sua esposa Josefina Gonçalves, domestica, domiciliados em Aldeia Gallega do Ribatejo, que de sua livre vontade queriam realizar o seu casamento segundo o regime dotal e conforme a escriptura lavrada nas notas do notario May de Oliveira, da cidade de Lisboa, em vinte de abril do corrente anno. Em seguida fiz a leitura das peças produzidas e dos artigos primeiro, terceiro, trigésimo oitavo e trigésimo nono do decreto numero um de vinte cinco de dezembro de mil novecentos e dez, sendo cumpridas todas as formalidades do artigo duzentos e vinte do codigo do registo civil. E para constar lavrei em duplicado este registo, que, vae ser assinado por todos, com excepção da testemunha Josefina Gonçalves, por não saber escrever, depois de ser lido e conferido. A importancia dos emolumentos é de réis e vão collados no duplicado os sellos devidos.

Bernardo da Cunha Leite
Noemia de Magalhães
Antonio da Fonseca Leite
Maria Pinto
José Teixeira
Ernesto Carneiro Franco.

V

Modelo de um registro de obito

(Margem de 8 centímetros)

(Largura do texto 18 centímetros)

N.º 3

À uma hora da tarde do dia primeiro de abril do anno de mil novecentos e onze, nesta Repartição do Registo Civil do primeiro bairro de Lisboa, sita na Rua de Alcantara, numero dez, perante mim, Mario Malheiros, conservador do registo civil, compareceu Joaquim Gonçalves, casado, industrial, domiciliado na Rua Correia Guedes, numero quatorze, que declarou na presença das testemunhas José Pinto e Damião Guedes, ambos casados, o primeiro negociante, morador na mesma Rua Correia Guedes, e o segundo sapateiro, morador na Rua de S. Joaquim, haver fallecido de uma congestão cerebral no dia trinta e um de março ultimo, pelas dez horas da noite, na Rua do Alvito, numero vinte, segundo andar, direito, Bernardo Nunes, de quarenta annos de idade, negociante, natural da freguesia e concelho de Espinho, morador na casa onde falleceu, filho legitimo de José Nunes, proprietario, natural de S. Sebastião da Pedreira, do terceiro bairro, e domiciliado na Rua dos Ferreiros, dezasete, e de Maria Nunes, fallecida nesta cidade de Lisboa, na freguesia de S. Christovam, em quatorze de abril de mil e novecentos, casado com Beatriz Nunes, de trinta e tres annos, professora, natural da freguesia de São Lourenço, d'esta cidade, deixando d'este matrimonio um unico filho de seis annos de idade, de nome Mario Nunes, que vivia com seus paes, e tendo-lhe fallecido um outro de nome Thomás Nunes, em maio de mil novecentos e cinco, com sete annos de idade. Deixou testamento, que se encontra em poder da sua viuva. Vae ser sepultado no cemiterio occidental. E depois de lido e conferido este registo perante o declarante, vae ser por mim e pelas testemunhas assinado, visto o declarante não saber escrever. A importancia dos emolumentos é de trezentos réis.

José Pinto.
Damião Guedes.
Mario Malheiro.

VI

Modelo de um registro de obito de um desconhecido

(Margem de 8 centímetros)

(Largura do texto 18 centímetros)

N.º 10

À uma hora da tarde do dia primeiro de abril do anno de mil novecentos e onze, nesta Repartição do Registo Civil, do primeiro bairro de Lisboa, sita na Rua de Alcantara numero dez, perante mim, Mario Malheiros, conservador do registo civil, compareceu Joaquim Gonçalves, casado, industrial, domiciliado na Rua Correia

Guedes numero quatorze, que declarou na presença das testemunhas José Pinto e Damião Guedes, ambos casados, o primeiro negociante, morador na mesma Rua Correia Guedes, e o segundo sapateiro, morador na Rua de S. Joaquim, haver encontrado no dia trinta e um de março ultimo, pelas dez horas da manhã, na Rua do Alvito, o cadaver de um individuo do sexo masculino, já enregelado, que aparentava ser de um homem de sessenta annos, vestido com um fato cinzento, chapéu molle, botas com sola de borracha, camisa ás riscas vermelhas, e ceroulas brancas, com as iniciaes A. B. tendo no bolso do collete quinhentos réis em nickel e nos bolsos do casaco um lenço de assoar, tambem com as iniciaes A. B., e uma conta da pharmacia Rosa, da Rua do Conde Barão. Usava só bigode e tinha uma larga cicatriz no lado esquerdo da cara. Vae ser sepultado no cemiterio occidental. E depois de lido e conferido este registo perante o declarante e as testemunhas acima mencionadas, vae ser assinado por todos, com excepção da segunda testemunha, Damião Guedes, por não saber escrever.

Joaquim Gonçalves.
José Pinto.
Mario Malheiro.

VII

Modelo de perflhação

(Margem de 8 centímetros)

(Largura do texto dezolito centímetros)

N.º 4

Às onze horas da manhã do dia primeiro de abril de mil novecentos e onze, nesta Repartição do Registo Civil do terceiro bairro de Lisboa, na Calçada da Graça numero cincoenta e cinco, perante mim, Ernesto Carneiro Franco, conservador do mesmo registo, compareceu Joaquim de Freitas, de quarenta e cinco annos, solteiro, proprietario, natural da freguesia de Santa Catarina, do concelho de Vianna do Castello, domiciliado e residente nesta cidade, Rua das Trinas numero quarenta, primeiro andar, e na presença das testemunhas Manuel Antonio, solteiro, maior, estucador, domiciliado na Rua da Esperança numero um, e Bernardo Gonçalves, casado, negociante, domiciliado na Rua do Guedes numero dez, ambos d'esta cidade, declarou expressamente e por sua livre vontade que reconhecia como seu filho um individuo do sexo masculino de nome Antonio de Freitas, nascido em vinte de janeiro de mil oitocentos e oitenta e quatro, e baptisado na freguesia de S. Lourenço, do concelho de Val-longo, solteiro, natural da mesma freguesia de S. Lourenço, domiciliado e residente nesta cidade, Rua do Crucifixo numero dez. E sendo presente neste acto o referido Antonio de Freitas, por elle foi declarado que acceptava esta perflhação. Depois de lido e conferido perante todos vae ser assinado. A importancia do emolumento d'este é de quinhentos réis, e os sellos devidos vão collados no duplicado.

Joaquim de Freitas.
Antonio de Freitas.
Manuel Antonio.
Bernardo Gonçalves.
Ernesto Carneiro Franco.

VIII

Modelo de declaração a que se refere o artigo 188.º

Nós, abaixo assinados, Bernardo da Cunha Leite, de vinte e cinco annos, proprietario, natural da freguesia de Santo Ildefonso, do bairro oriental do Porto, domiciliado e residente na Rua Augusta n.º 14, d'esta cidade de Lisboa, filho legitimo de Antonio da Fonseca Leite, proprietario, natural da freguesia de S. Cosme de Gondomar e domiciliado na freguesia de Fanzeres, do mesmo concelho e de Olivia Leite, domestica, natural da cidade do Rio de Janeiro, já fallecida, e Noemia de Magalhães, de vinte e sete annos, solteira, modista, natural da freguesia de Negrellos, concelho de Santo Tirso, residente no Hotel Borges, ao Chiado, filha illegitima de pae incognito e de Maria de Magalhães, modista, natural da dita freguesia de Negrellos e tambem residente no Hotel Borges, e domiciliada com sua filha na Rua do Almada, da cidade do Porto, declaramos que pretendemos realizar o nosso casamento na repartição do registo civil do 8.º bairro de Lisboa, onde é domiciliado o primeiro declarante. Junta-se o certificado do domicilio do primeiro declarante, as certidões de idade dos dois declarantes e protesta-se pela junção da certidão da escriptura ante-nupcial até o dia do casamento.

Lisboa, 1 de abril de 1911.

Bernardo da Cunha Leite.
Noemia de Magalhães.

IX

Modelo de um

Edital

(Papel sellado, não se tratando de indigentes)

Ernesto Carneiro Franco, Conservador do Registo Civil do terceiro bairro da cidade de Lisboa:

Faço saber que me foi apresentada uma declaração em que Bernardo da Cunha Leite e Noemia de Magalhães (segue-se a idade, profissão, naturalidade, domicilio e residencia dos declarantes e nomes, profissões, naturalidades e domicilios dos paes) pretendem realizar o seu casamento e por isso são convidadas as pessoas que souberem de algum dos impedimentos legais, mencionados nos artigos 4.º a 10.º do decreto n.º 1 de 25 de dezembro de 1910, a vir declará-lo no prazo de dez dias, verbalmente ou por escrito, nos termos do artigo 190.º do Código do Registo Civil. E para constar se mandou passar este edital e outro de igual teor que serão affixados nos logares que a lei marca.

Lisboa, 1 de abril de 1911.

Ernesto Carneiro Franco,

X

Boletins estatísticos a que se refere o artigo 322.º

1

NASCIMENTOS

N.º do registo (a) ... Anno 19...

Districto ...
Concelho ...
Freguesia ...

Logar do nascimento (b) ...
Residencia da mãe ...
Data do nascimento: Anno ... Mês ... Dia ... Hora ...
Sexo ... Filiação: legitimo ou illegitimo? ...
No caso de illegitimidade: foi reconhecido? pelo pae? (c) ... pela mãe? (c) ...
No caso de paus incognitos: exposto ou não exposto? ...

Estado civil do pae ... da mãe ...
Idade do pae ... da mãe ...
Profissão do pae ... da mãe ...
Data do seu casamento ...
Quantos filhos, até este, da mesma mãe? ...

Rapazes { vivos ... mortos ... } Raparigas { vivas ... mortas ... }

Houve assistencia de parteira ou medico? (d) ...
Duração da prenhez ...
A prenhez foi simples ou gemelar? (e) ...
O registo civil é seguido de rito religioso? (f) ...

Notas no verso:

(a) Indicar o numero do registo civil respectivo.
(b) Indicar se foi na mesma freguesia do registo ou em outra, e neste caso qual. Inscrever a morada onde se deu o nascimento. Quando seja em hospital, cadeia, a bordo, etc., indicá-lo.
(c) Responder Sim ou Não.
(d) Dizer se o parto foi de tempo ou de oito meses ou de sete meses.
(e) No caso do parto gemelar indicar o numero do registo do gemeo.
(f) Indicar o rito, no caso affirmativo: catholico, protestante ou israelita.

2

NASCIDOS E MORTOS (a)

N.º do registo (b) ... Anno 19...

Districto ...
Concelho ...
Freguesia ...

Logar onde se deu o parto (c) ...
Data do parto: Anno ... Mês ... Dia ... Hora ...
Residencia da mãe ...
Sexo ... Filiação: legitimo ou illegitimo? ...
Houve assistencia de parteira ou medico? ...
Duração da prenhez (d) ...
A prenhez foi simples ou gemelar? (e) ...

Estado civil do pae ... da mãe ...
Idade do pae ... da mãe ...
Profissão do pae ... da mãe ...
Data do seu casamento ...
Quantos filhos, até este, da mesma mãe? ...

Rapazes { Vivos ... Mortos ... } Raparigas { Vivas ... Mortas ... }

Notas no verso:

(a) Só se incluem nesta rubrica os mortos antes do parto ou durante o parto. O que nascer vivo, por pouco tempo que dura, será registado no boletim dos nascimentos e no dos obitos.
(b) Inscrever o numero do registo respectivo.
(c) Indicar se foi na mesma freguesia do registo ou em outra, e neste caso qual. Inscrever a morada onde se deu o parto. Quando seja em hospital, cadeia, a bordo, etc., indicá-lo.
(d) Indicar os meses.
(e) No caso de parto gemelar indicar o numero do registo do gemeo.

3

CASAMENTOS

N.º do Registo (a) ... Anno de 19...

Districto ...
Concelho ...
Freguesia ...

Data da celebração do casamento: Mês ... Dia ...

O noivo

A noiva

Idade ... Profissão ...
Residencia ...
Naturalidade ...
Estado civil ...
(solteiro, viuvo ou divorciado)
Desde quando viuvo ou divorciado? (b) ...
Assinou o assento do casamento? (c) ...

O registo civil é seguido de casamento religioso? ...
Catholico, protestante ou israelita? ...
Se ha parentesco entre os noivos, dizer se o casamento é de tio com sobrinha, sobrinho com tio, primo com prima (1.º grau) ...

Notas no verso:

(a) Indicar o numero do registo civil respectivo.
(b) Indicar o anno e o mês em que vivou ou divorciou.
(c) Responder: sim ou não.
(d) Responder: sim ou não, segundo a designação dos parentes.

OBITOS

N.º do registo (a) ... Anno 19...
 Districto ...
 Concelho ...
 Freguesia ...

Logar do fallecimento (b) ...
 Residencia do fallecido ...
 Data do fallecimento: Anno ... Mês ... Dia ... Hora ...
 Sexo ... Idade: Anos ... Meses (c) ... Dias ...
 Naturalidade ...
 Profissão ... Estado civil: (solteiro, casado, viuvo ou divorciado) ... Ha que tempo estava casado, viuvo ou divorciado? ...
 Causa da morte ... Doença principal ...
 Duração da doença ... Causa certa ou presumida da doença ...
 Vaccinado? ... Observações: ...

Nome do medico assistente ou verificador do obito ...
 Destino do cadaver ...
 Sendo menor de cinco annos: legitimo, illegitimo ou exposto? ...
 Profissão do pae ... Da mãe ...

Notas no verso:

(a) Inserever o numero do registo civil respectivo.
 (b) Inserever a morada onde se deu o obito. Quando seja em hospital, cadeia, a bordo, etc., indicá-lo.
 (c) Indicar os meses quando a idade seja inferior a dois annos, e os dias quando seja inferior a tres mezes.

XI

Modelo de registo do nascimento de um filho illegitimo reconhecido pela mãe

(Margem de 8 centimetros) (Largura do texto 18 centimetros)

N.º 10

Lacerda (Antonia)

Documentos
 Uma declaração
 Maço n.º 3

Averbamentos
 Por instrumento de hoje, lavrado no livro competente (registo n.º 6) foi a criança constante d'este registo reconhecida por Joaquim de Freitas, casado, proprietario, da freguesia de Santa Catarina, Vianna do Castello, como sua filha illegitima. Esta nota conserva-se secreta, nos termos do artigo 290.º doCodigo do Registo Civil.

Emolumentos d'este e do duplicado cem réis.

Lisboa, 28 de abril de 1911.
 Carneiro.

Em virtude do divorcio definitivo pronunhado por sentença de 31 de outubro de 1912, no juizo da 4.ª vara de Lisboa, cartorio do primeiro officio, verifica-se que o perfilhante, desde o dia em que a sentença transitou em julgado, se tornou habilitado para contrahir matrimonio, pelo que deixa de ser secreta a perfilhação anterior.

Emolumentos d'este e do duplicado cem réis.—Maço n.º 1.

Lisboa, 15 de novembro de 1912.
 Carneiro.

Em face do registo n.º 18, lavrado em 25 de janeiro corrente, mostra-se que os paes da menor mencionada no registo ao lado, contrahiram casamento, e por isso a dita menor fica legitima para todos os effectos.

Emolumento d'este e do duplicado, cem réis.

Lisboa, 27 de janeiro de 1913.
 Carneiro.

As duas horas da tarde do dia dezoito de abril de mil novecentos e onze, nesta Repartição do Registo Civil do terceiro bairro de Lisboa, sita na Calçada da Graça numero cincoenta e cinco, perante mim Ernesto Carneiro Franco, conservador do mesmo registo, compareceu Emilia de Lacerda, solteira, costureira, natural da freguesia da Sé, de Coimbra, moradora na Rua da Gloria, á Graça, numero quatorze, terceiro andar, e disse, em harmonia com a declaração apresentada pela parteira Rosa dos Santos, em vinte e quatro do mês findo, que se acha archivada, que na casa onde reside nasceu ás sete horas da manhã do dia vinte e tres de março do corrente anno um individuo do sexo feminino, cujo sexo me foi affirmado pelas duas testemunhas abaixo mencionadas, filho illegitimo, d'ella declarante, neto de Joaquim Lacerda e de Emilia Lacerda, naturaes e domiciliados na dita freguesia da Sé de Coimbra, e a quem ella declarante pôs o nome de Antonia Lacerda, e que agora reconhece como sua filha para todos os effectos legaes.

Foram a tudo testemunhas presentes, Alfredo Oneto solteiro, maior, funcionario publico, domiciliado em Lisboa na Rua dos Remedios, á Lapa, numero vinte, rés-do-chão, Artur Santos, casado, capitalista, morador na Rua Duque de Palmella numero trinta e um e Bellarmino da Costa, casado, criado de restaurante, residente na Calçada da Gloria numero dois, todos d'esta cidade, e que, depois de lido e conferido perante todos, vão assinar commigo, não o fazendo a declarante por dizer que não sabe escrever.

A importancia dos emolumentos d'este e do duplicado é de quinhentos réis, sendo cem réis devidos pela perfilhação. Vão collados no duplicado os sellos devidos.

Alfredo Oneto.
 Artur Santos.
 Bellarmino da Costa.
 Ernesto Carneiro Franco.

XII

Modelo de perfilhação feita por pae inhabil (artigo 23.º, § 1.º, do decreto n.º 2 de 25 de dezembro de 1910)

(Margem de 8 centimetros) (Largura do texto 18 centimetros)

N.º 6

Não ha documentos

As dez horas da manhã do dia vinte e oito de abril de mil novecentos e onze, nesta Repartição do Registo Civil do terceiro bairro de Lisboa, na Calçada da Graça numero cincoenta e cinco, perante mim, Ernesto Carneiro Franco, conservador do mesmo registo, compareceu Joaquim de Freitas, de quarenta e cinco annos, casado, proprietario, natural da freguesia de Santa Catarina, do concelho de Vianna do Castello, domiciliado e residente nesta cidade, Rua das Trinas numero quarenta, primeiro andar, e na presença das testemunhas Manuel Antonio, solteiro, maior, estuador, domiciliado na Rua da Esperança numero um, e Bernardo Gonçalves, casado, negociante, domiciliado na Rua do Guedes numero dez, ambos d'esta cidade, declarou expressamente e por sua livre vontade que reconhecia como sua filha um individuo do sexo feminino de nome Antonia Lacerda, nascida em vinte e tres de março ultimo na Rua da Gloria, á Graça, numero quatorze, terceiro andar, d'esta cidade, e cujo nascimento foi registado nesta mesma Repartição no dia dezoito do corrente (numero dez), residindo actualmente a referida criança perfilhada na mesma casa em que nasceu em companhia de sua mãe Emilia de Lacerda. E como elle declarante se encontrava e ainda encontra inhabil para contrahir matrimonio conserva-se secreta esta perfilhação para os effectos legaes. Depois de lido e conferido perante todos, vai ser assinado, indo collados no duplicado os sellos devidos. A importancia do emolumento é de quinhentos réis.

Joaquim de Freitas.
 Manuel Antonio.
 Bernardo Gonçalves.
 Ernesto Carneiro Franco.

XIII

Modelo de um dos boletins a que se refere o artigo 310.º

No dia 26 de março de 1911, pela uma hora da noite nasceu na Rua Nova da Palma numero dez, segundo andar, direito, da freguesia do Socorro, d'esta cidade, Alberto Freitas Ribeiro, filho de Antonio Ramalho, empregado commercial e de Laura Freitas Ramalho, domestica, domiciliados na dita Rua Nova da Palma, como consta do registo do seu nascimento, por mim assinado.

Lisboa, 1 de maio de 1911.

O Conservador do Registo Civil,
 Ernesto Carneiro Franco.

XIV

Modelo de attestado de indigente

Os abaixo assinados, membros da Junta de Parochia da freguesia do Socorro, attestam sob a sua honra, que José Pinto, casado, carrejão, morador no Beco dos Romulares, d'esta freguesia, é indigente, e por isso não pode pagar os sellos e emolumentos do registo de nascimento de um seu filho que tem de effectuar-se na conservatoria do 4.º bairro.

E por verdade mandamos escrever o presente que assinamos.

Lisboa, 1 de abril de 1911.

Joaquim Antonio.
 Manuel Thomás.
 Jacob Pires.

Direcção Geral da Justiça

1.ª Repartição

Despachos realizados nas datas seguintes, tendo o visto do Tribunal de Contas, de 18 do corrente, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus paragraphos, da lei de 9 de setembro de 1908

Fevereiro 17

Pedro Virgolino Ferraz Chaves, João José Coelho Palma e Amadeu Tavares da Silva — nomeados substitutos dos juizes de direito, respectivamente, das comarcas de Ovar, Almodovar e Aveiro.

Bacharel Jaime Inacio Ferreira — nomeado sub-delegado do Procurador da Republica na comarca de Albergaria-a-Velha.

Fevereiro 18

Bacharel Mario Teixeira Malheiro — nomeado conservador do registo civil no 1.º bairro de Lisboa.

Bacharel Ernesto Carneiro Franco — idem no 2.º bairro de Lisboa.

Bacharel Carlos Amaro Miranda e Silva — idem no 3.º bairro de Lisboa.

Bacharel Emidio Guilherme Garcia Mendes — idem no 4.º bairro de Lisboa.

Bacharel Manuel José Coelho — nomeado conservador do registo civil no 1.º bairro do Porto.

Bacharel Americo da Silva e Castro — nomeado conservador do registo civil do 2.º bairro do Porto.

Bacharel Baltasar de Almeida Teixeira — nomeado interinamente conservador do registo civil em Portalegre.

Bacharel Antonio José Abelho Mexia — nomeado official do registo civil em Alter do Chão.

Bacharel José Paes Telles — idem em Avis.

Bacharel Raul Carlos da Silva Rebello — idem em Elvas.

Bacharel José Cesario Correia Lino — idem em Gavião.

Bacharel Julio Maria da Cunha e Sá — idem em Ponte de Sor.

Bacharel Pedro Gorjão Maia Salazar — idem em Torres Novas.

Bacharel Antonio Augusto Cardoso de Mello e Castro — idem em Ferreira do Zezere.

Bacharel Luis Antonio Vieira de Magalhães e Vasconcellos — idem em Villa Nova de Ourem.

Bacharel Antonio Apolinario Ferreira da Silva Oleiro — idem em Abrantes.

Bacharel Antonio José Curado — idem em Coruche.

Bacharel Manuel de Ataíde da Veiga Pavão da Silva Leal — nomeado conservador do registo civil, em Beja.

Bacharel Francisco Manuel de Araujo Parreira Rocha — nomeado official do registo civil, em Serpa.

Bacharel Joaquim Manuel Correia — nomeado conservador do registo civil, em Leiria.

Bacharel Adelino Pereira Gomes — nomeado official do registo civil, nas Caldas da Rainha.

Bacharel Miguel Alexandre Alves Correia — idem em Figueiró dos Vinhos.

Bacharel Eduardo Saldanha da Silva Vieira — nomeado conservador do registo civil em Coimbra.

Bacharel Alberto Ferreira Lucena — idem em Cantanhede.

Bacharel Fortunato de Carvalho Bandeira — idem em Condeixa-a-Nova.

Bacharel Manuel Gomes Cruz — idem na Figueira da Foz.

Bacharel Antonio Augusto de Sousa — idem em Lousã.

Bacharel Elias Rosado Gordilho — idem em Mira.

Bacharel Agostinho de Pina e Sousa — idem em Oliveira do Hospital.

Bacharel Evaristo Luis das Neves Ferreira de Carvalho — idem em Soure.

Bacharel Manuel José Alves de Moraes — nomeado conservador do registo civil em Bragança.

Bacharel Alipio José Santiago — nomeado official do registo civil em Alfandega da Fé.

Bacharel Francisco Maria Guerra — idem, em Miranda do Douro.

Bacharel José Manuel Ferreira Machado — idem, em Vinhães.

Bacharel Antonio Caetano Celorico Gil — nomeado conservador do registo civil em Faro.

Bacharel Jeronimo Vieira Cabrita Rato — nomeado official do registo civil em Lagos.

Bacharel Eduardo Aires Leonardo de Mendonça — idem, em Olhão.

Bacharel Diogo d'Aye Leotte — idem em Silves.

Bacharel Frederico Antonio de Abreu Chagas — idem em Tavira.

Bacharel Francisco Cotrim da Silva Garcês — nomeado ajudante do notario da comarca de Santarem, bacharel Manuel Telles Feio.

José Gonçalves Cotta — nomeado ajudante do escrivão do juizo de direito da comarca de Angra do Heroismo, José Juliano Gonçalves Cotta.

Luciano de Sena Cunhal — nomeado ajudante do escrivão do juizo de direito da comarca de Celorico da Beira, Jaime de Sena Cunhal.

Francisco Fernandes da Costa — nomeado ajudante do escrivão do juizo de direito da comarca de Castello Branco, Domingos da Silva Moraes.

Licenças de que teem de ser pagos os respectivos emolumentos:

Bacharel Antonio Dias de Abreu, juiz da Relação do Porto — trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel Silverio Maximo de Figueiredo Lobo e Silva, delegado do procurador da Republica na comarca de Macedo de Cavalleiros — trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel Julio Pereira de Mello, delegado do procurador da Republica na comarca de Ancião — trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel Jeronimo do Couto Rosado, delegado do procurador da Republica na comarca da Povoação — sessenta dias.

Bacharel Guilherme Ferreira Coutinho, delegado do procurador da Republica na comarca de S. Vicente — sessenta dias, por motivo de doença.

Bacharel Felix Maria de Magalhães Aguiar, conservador na comarca de Santo Tirso — trinta dias.

Arnaldo de Brito Portas, contador na comarca da Guarda — trinta dias, por motivo de doença.

Direcção Geral da Justiça, em 18 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, Germano Martins.

MINISTERIO DAS FINANÇAS
Secretaria Geral

Hei por bem dissolver a commissão revisora de contas, criada por lei de 29 de julho de 1899, e demittir das respectivas funcções os seguintes individuos que a compunham: Presidente, Thomás Nunes de Serra e Moura; vogaes effectivos, Manuel Paes de Villas Boas, Antonio de Gouveia Osorio (Visconde de Villa Mendo), Manuel Affonso de Espregueira e José Maria Teixeira Guimarães; vogaes adjuntos, Augusto Ribeiro e José Egidio Januario da Silva Leitão; aggregado, Paulo de Azevedo Chaves, e secretario interino, Ramiro de Seixas Trindade.

Paços do Governo da Republica, em 18 de fevereiro de 1911. — O Ministro das Finanças, José Relvas.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Reconheceram-se praticamente os bons resultados colhidos, quer para a Fazenda Nacional quer para os contribuintes, com a promulgação do decreto de 19 de novembro ultimo; e chegou ao conhecimento do Governo Provisorio da Republica, por seguras informações, que muitos